CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

ESTADO DO PARANÁ

DIÁRIO OFICIAL DA CÂMARA

ÓRGÃO OFICIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

CRIADO PELA RESOLUÇÃO Nº 007 DE 20 DE MARÇO DE 1.997.

SESSÕES:

1 – ORDEM DO DIA;
2 – MENSAGEM PREFEITURAIS;
3 – COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES;
4 – EXPEDIENTES RECEBIDOS;
5 – ATOS DA MESA EXECUTIVA;
6 – ASSESSORIA TÉCNICA LEGISLATIVA;

DIÁRIO N.º: 75/2025.
HORA: 16:30 h.
DATA: 12/12/2025

ELABORAÇÃO: ASSESSORIA TÉCNICA LEGISLATIVA

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

ESTADO DO PARANÁ

GABINETE DA PRESIDÊNCIA:

12/12/2025. **ASSESSORIA TÉCNICA LEGISLATIVA**

TRÊS SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS DA 8ª LEGISLATURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DO 2º PERÍODO DA CÂMARA MUNICIPAL A SE REALIZAR NOS DIAS 15, 16 E 17 DE DEZEMBRO DE 2025 ÀS 17:30H.

ORDEM DO DIA

1. Em discussão e votação o Anteprojeto de Lei nº 139/2025, que traz a Mensagem nº 120/2025, protocolada sob Processo Legislativo nº 1321/2025, encaminhado pelo Poder Executivo, que:

"Altera a Lei nº 1439/2014."

2. Em discussão e votação o Anteprojeto de Lei Complementar nº 05/2025, que traz a Mensagem nº 91/2025, protocolada sob Processo Legislativo nº 1341/2025, encaminhado pelo Poder Executivo, que:

"Inclui dispositivo na Lei Complementar nº 22/2021, coma as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 31 e 32, ambas de 2023 e Lei Complementar nº 41/2025."

3. Em discussão e votação o Anteprojeto de Lei nº 140/2025, que traz a Mensagem nº 125/2025, protocolada sob Processo Legislativo nº 1342/2025, encaminhado pelo Poder Executivo, que:

"Dispõe sobre a obrigatoriedade da remoção dos cabos e fiação aérea excedentes, inutilizados e/ou sem uso, instalados por concessionárias que operam ou utilizam a rede aérea em todo o território do Município de Pontal do Paraná e dá outras providências."

4. Em discussão e votação o Anteprojeto de Lei nº 141/2025, que traz a Mensagem nº 126/2025, protocolada sob Processo Legislativo nº 1343/2025, encaminhado pelo Poder Executivo, que:

"Dispõe sobre a obrigatoriedade de reparos e consertos de buracos e valas abertos nas vias públicas, decorrentes de serviços executados por concessionárias, permissionárias de serviços públicos ou suas terceirizadas no âmbito do Município de Pontal do Paraná e dá outras providências."

5. Em discussão e votação o Anteprojeto de Lei nº 142/2025, que traz a Mensagem nº 129/2025, protocolada sob Processo Legislativo nº 1344/2025, encaminhado pelo Poder Executivo, que:

"Altera a Lei nº 2702/2025."

6. Em discussão e votação o Anteprojeto de Lei nº 143/2025, que traz a Mensagem nº 130/2025, protocolada sob Processo Legislativo nº 1345/2025, encaminhado pelo Poder Executivo, que:

"Autoriza o enquadramento dos ocupantes de cargo em extinção aos Planos de Cargos, Carreiras e Vencimentos vigentes."

7. Em discussão e votação o Anteprojeto de Lei nº 144/2025, que traz a Mensagem nº 131/2025, protocolada sob Processo Legislativo nº 1346/2025, encaminhado pelo Poder Executivo, que:

"Altera a Lei Municipal nº 2681/2025."

8. Em discussão e votação o Anteprojeto de Lei nº 145/2025, que traz a Mensagem nº 132/2025, protocolada sob Processo Legislativo nº 1347/2025, encaminhado pelo Poder Executivo, que:

"Altera a Lei Municipal nº 778/2007."

9. Em discussão e votação o Anteprojeto de Lei nº 146/2025, que traz a Mensagem nº 134/2025, protocolada sob Processo Legislativo nº 1348/2025, encaminhado pelo Poder Executivo, que:

"Altera a Lei nº 2401/2023."

10. Em discussão e votação o Anteprojeto de Lei nº 147/2025, que traz a Mensagem nº 135/2025, protocolada sob Processo Legislativo nº 1349/2025, encaminhado pelo Poder Executivo, que:

"Dispõe sobre a redução de carga horária para os Servidores Públicos Estatutários e Empregados Públicos do Poder Executivo de Pontal do Paraná e dá outras providências."

11. Em discussão e votação o Anteprojeto de Resolução nº 08/2025, protocolado sob Processo Legislativo nº 1316/2025, encaminhado pela Mesa Executiva, que:

"Regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito do Poder Legislativo Municipal de Pontal do Paraná."

12. Em discussão e votação o Anteprojeto de Decreto Legislativo nº 03/2025, protocolado sob Processo Legislativo nº 1350/2025, encaminhado pela Mesa Executiva, que:

"Concede a 'Comenda Caiçara de Honra ao Mérito', do Município de Pontal do Paraná."

13. Em discussão e votação o Anteprojeto de Lei nº 148/2025, que traz a Mensagem nº 128/2025, protocolada sob Processo Legislativo nº 1359/2025, encaminhado pelo Poder Executivo, que:

"Altera a Lei Municipal nº 080, de 22 de dezembro de 1997 – Código Tributário Municipal."

14. Em discussão e votação o Anteprojeto de Lei Complementar nº 06/2025, que traz a Mensagem nº 133/2025, protocolada sob Processo Legislativo nº 1360/2025, encaminhado pelo Poder Executivo, que:

"Altera a Lei Complementar nº 038/2024."

15. Em discussão e votação o Anteprojeto de Lei nº 149/2025, que traz a Mensagem nº 137/2025, protocolada sob Processo Legislativo nº 1361/2025, encaminhado pelo Poder Executivo, que:

"Institui no Município de Pontal do Paraná, o 'Programa Municipal de Empreendedorismo Individual – PROMEI."

16. Em discussão e votação o Anteprojeto de Lei Complementar nº 07/2025, que traz a Mensagem nº 138/2025, protocolada sob Processo Legislativo nº 1362/2025, encaminhado pelo Poder Executivo, que:

"Altera a Lei Complementar nº 37/2024."

Elinete Guimarães Rocha
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

Estado do Paraná

Ofício Circular nº 26/2025.

Pontal do Paraná, 12 de dezembro de 2025.

Exmos. Senhores Vereadores

Prezados Senhores:

Conforme preceitua o Artigo 23, incisos I e II da Lei Orgânica do Município, resolvo convocá-los para três Sessões Extraordinárias, a serem realizadas nos dias 15, 16 e 17 de dezembro às 17:30 horas.

Sem mais para o momento, antecipo meus agradecimentos.

Atenciosamente,

Elinete Guimarães Rocha
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

Estado do Paraná

EDITAL Nº. 029***/2025***

Elinete Guimarães Rocha - Presidente da Câmara Municipal de Pontal do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Artigo 23 Inciso I e II da Lei Orgânica do Município de Pontal do Paraná, com base no Regimento Interno:

RESOLVE:

Convocar Extraordinariamente a Câmara Municipal de Pontal do Paraná, nos dias 15, 16 e 17 **de dezembro, às 17:30 horas, a fim de discutir e votar as seguintes matérias:**

1. Em discussão e votação o Anteprojeto de Lei nº 139/2025, que traz a Mensagem nº 120/2025, protocolada sob Processo Legislativo nº 1321/2025, encaminhado pelo Poder Executivo, que:

"Altera a Lei nº 1439/2014."

2. Em discussão e votação o Anteprojeto de Lei Complementar nº 05/2025, que traz a Mensagem nº 91/2025, protocolada sob Processo Legislativo nº 1341/2025, encaminhado pelo Poder Executivo, que:

"Inclui dispositivo na Lei Complementar nº 22/2021, coma as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 31 e 32, ambas de 2023 e Lei Complementar nº 41/2025."

3. Em discussão e votação o Anteprojeto de Lei nº 140/2025, que traz a Mensagem nº 125/2025, protocolada sob Processo Legislativo nº 1342/2025, encaminhado pelo Poder Executivo, que:

"Dispõe sobre a obrigatoriedade da remoção dos cabos e fiação aérea excedentes, inutilizados e/ou sem uso, instalados por concessionárias que operam ou utilizam a rede aérea em todo o território do Município de Pontal do Paraná e dá outras providências."

4. Em discussão e votação o Anteprojeto de Lei nº 141/2025, que traz a Mensagem nº 126/2025, protocolada sob Processo Legislativo nº 1343/2025, encaminhado pelo Poder Executivo, que:

"Dispõe sobre a obrigatoriedade de reparos e consertos de buracos e valas abertos nas vias públicas, decorrentes de serviços executados por concessionárias, permissionárias de serviços públicos ou suas terceirizadas no âmbito do Município de Pontal do Paraná e dá outras providências."

5. Em discussão e votação o Anteprojeto de Lei nº 142/2025, que traz a Mensagem nº 129/2025, protocolada sob Processo Legislativo nº 1344/2025, encaminhado pelo Poder Executivo, que:

"Altera a Lei nº 2702/2025."

6. Em discussão e votação o Anteprojeto de Lei nº 143/2025, que traz a Mensagem nº 130/2025, protocolada sob Processo Legislativo nº 1345/2025, encaminhado pelo Poder Executivo, que:

"Autoriza o enquadramento dos ocupantes de cargo em extinção aos Planos de Cargos, Carreiras e Vencimentos vigentes."

7. Em discussão e votação o Anteprojeto de Lei nº 144/2025, que traz a Mensagem nº 131/2025, protocolada sob Processo Legislativo nº 1346/2025, encaminhado pelo Poder Executivo, que:

"Altera a Lei Municipal nº 2681/2025."

8. Em discussão e votação o Anteprojeto de Lei nº 145/2025, que traz a Mensagem nº 132/2025, protocolada sob Processo Legislativo nº 1347/2025, encaminhado pelo Poder Executivo, que:

"Altera a Lei Municipal nº 778/2007."

9. Em discussão e votação o Anteprojeto de Lei nº 146/2025, que traz a Mensagem nº 134/2025, protocolada sob Processo Legislativo nº 1348/2025, encaminhado pelo Poder Executivo, que:

"Altera a Lei nº 2401/2023."

10. Em discussão e votação o Anteprojeto de Lei nº 147/2025, que traz a Mensagem nº 135/2025, protocolada sob Processo Legislativo nº 1349/2025, encaminhado pelo Poder Executivo, que:

"Dispõe sobre a redução de carga horária para os Servidores Públicos Estatutários e Empregados Públicos do Poder Executivo de Pontal do Paraná e dá outras providências."

11. Em discussão e votação o Anteprojeto de Resolução nº 08/2025, protocolado sob Processo Legislativo nº 1316/2025, encaminhado pela Mesa Executiva, que:

"Regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito do Poder Legislativo Municipal de Pontal do Paraná."

12. Em discussão e votação o Anteprojeto de Decreto Legislativo nº 03/2025, protocolado sob Processo Legislativo nº 1350/2025, encaminhado pela Mesa Executiva, que:

"Concede a 'Comenda Caiçara de Honra ao Mérito', do Município de Pontal do Paraná."

13. Em discussão e votação o Anteprojeto de Lei nº 148/2025, que traz a Mensagem nº 128/2025, protocolada sob Processo Legislativo nº 1359/2025, encaminhado pelo Poder Executivo, que:

"Altera a Lei Municipal nº 080, de 22 de dezembro de 1997 – Código Tributário Municipal."

14. Em discussão e votação o Anteprojeto de Lei Complementar nº 06/2025, que traz a Mensagem nº 133/2025, protocolada sob Processo Legislativo nº 1360/2025, encaminhado pelo Poder Executivo, que:

"Altera a Lei Complementar nº 038/2024."

15. Em discussão e votação o Anteprojeto de Lei nº 149/2025, que traz a Mensagem nº 137/2025, protocolada sob Processo Legislativo nº 1361/2025, encaminhado pelo Poder Executivo, que:

"Institui no Município de Pontal do Paraná, o 'Programa Municipal de Empreendedorismo Individual – PROMEI."

16. Em discussão e votação o Anteprojeto de Lei Complementar nº 07/2025, que traz a Mensagem nº 138/2025, protocolada sob Processo Legislativo nº 1362/2025, encaminhado pelo Poder Executivo, que:

"Altera a Lei Complementar nº 37/2024."

Pontal do Paraná, em 12 de dezembro de 2025.

Elinete Guimarães Rocha
Presidente

Ofício nº 120/2025 – GAB/PGM Pontal do Paraná, 12 de novembro de 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Processo nº: 1321/2025 Hora: 11:15
Data de Protocolo: 09/12/2025
Interessado: Poder Executivo
Assunto: Mensagem nº 120/2025 - GAB/PGM

Excelentíssima Senhora
ELINETE GUIMARÃES ROCHA
Presidente da Câmara Municipal de Pontal do Paraná

Assunto: Encaminha Mensagem nº 120/2025

Excelentíssima Senhora Presidente:

Conforme preceitua o **Artigo 67 inciso XIII da Lei Orgânica do Município**, vimos através deste, respeitosamente, solicitar que seja apreciada, de forma extraordinária, a **Mensagem n° 120/2025** acompanhada do Projeto de Lei que **"Altera Lei nº1439/2014."**

Aproveitamos a oportunidade para externar nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

RUDISNEY GIMENES
Prefeito

Assinado por 3 pessoas: VERGINIA PEDROSO, ANTONIO CARLOS BRUSTOLIN JUNIOR e RUDISNEY GIMENES FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pontaldoparana.1doc.com.br/verificacao/5378-503B-B569-22C2 e informe o código 5378-503B-B569-22C2

MENSAGEM N° 120/2025

Excelentíssima Senhora Presidente,

Senhores(as) Vereadores(as):

Segue à apreciação dessa colenda Câmara Municipal, projeto de lei que **"Altera Lei nº1439/2014."**

A presente proposição visa possibilitar aos ocupantes de imóveis públicos e que preencham os requisitos da Lei nº1439/2014, o pagamento à vista pela compra do imóvel, obtendo desconto no valor a ser pago.

Com o advento da REURB da área denominada Monções II, foi criada a Lei 2.682/2025, específica para a localidade, a qual dispôs outras formas de pagamento, com graduação de descontos no caso de pagamento à vista, medida que viabilizou e tornou mais benéfica para a administração pública a venda direta do bem ocupado, pois, propicia um fluxo de caixa maior, com destinação direta dos valores a ações ligadas ao setor habitacional e infraestrutura no Município, dando celeridade aos projetos, com a injeção dos valores arrecadados.

Diante do exposto, e certo da importância do projeto de lei, solicito que seja apreciado de forma extraordinária, por essa Casa Legislativa conforme prevê o Artigo 67 inciso XIII da Lei Orgânica do Município, e, na oportunidade, reitero os meus protestos de admiração e apreço aos dignos componentes dessa Câmara Municipal.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito

Assinado por 3 pessoas: VERGINIA PEDROSO, ANTONIO CARLOS BRUSTOLIN JUNIOR e RUDISNEY GIMENES FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pontaldoparana.1doc.com.br/verificacao/5378-503B-B569-22C2 e informe o código 5378-503B-B569-22C2

PROJETO DE LEI

Súmula: "Altera Lei nº1439/2014."

Art. 1º. O artigo 16 da Lei nº1439/2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

> ***"Art.16. Além das possibilidades de parcelamento estabelecidas nos artigos 9º e 13 desta Lei, serão assegurados os seguintes descontos aos ocupantes:***
> ***I - que optarem pelo pagamento em cota única, desconto de quinze por cento sobre o total apurado de acordo com os artigos 8º ou 12;***
> ***II - que optarem pelo pagamento em até seis parcelas, desconto de dez por cento sobre o total apurado de acordo com os artigos 8º ou 12; e***
> ***III - que optarem pelo pagamento em até doze parcelas, desconto de cinco por cento sobre o total apurado de acordo com os artigos 8º ou 12."***

Art. 2°. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, em 17 de novembro de 2025.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito

ANTONIO CARLOS BRUSTOLIN JUNIOR
Secretário Municipal de Habitação e Assuntos Fundiários

VERGINIA MARA PEDROSO
Procuradora-Geral do Município

Assinado por 3 pessoas: VERGINIA PEDROSO, ANTONIO CARLOS BRUSTOLIN JUNIOR e RUDISNEY GIMENES FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pontaldoparana.1doc.com.br/verificacao/5378-503B-B569-22C2 e informe o código 5378-503B-B569-22C2

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 5378-503B-B569-22C2

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

VERGINIA PEDROSO (CPF 758.XXX.XXX-68) em 08/12/2025 09:31:01 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

ANTONIO CARLOS BRUSTOLIN JUNIOR (CPF 876.XXX.XXX-49) em 08/12/2025 09:32:02 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

RUDISNEY GIMENES FILHO (CPF 055.XXX.XXX-69) em 08/12/2025 15:32:52 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://pontaldoparana.1doc.com.br/verificacao/5378-503B-B569-22C2

Ofício nº 0912025 – GAB/PGM Pontal do Paraná, 18 de setembro de 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Processo nº: 1341/2025 Hora:09:19
Data de Protocolo: 12/12/2025
Interessado: Poder Executivo
Assunto: Mensagem nº 091/2025 - GAB/PGM

Excelentíssima Senhora
ELINETE GUIMARÃES ROCHA
Presidente da Câmara Municipal de Pontal do Paraná

Assunto: Encaminha Mensagem nº 091/2025

Excelentíssima Senhora Presidente:

Conforme preceitua o **Artigo 67 inciso XIII da Lei Orgânica do Município**, vimos através deste, respeitosamente, solicitar que seja apreciada, de forma extraordinária, a **Mensagem n° 091/2025** acompanhada do Projeto de Lei que **"Inclui dispositivo na Lei Complementar nº22/2021, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº31 e 32, ambas de 2023 e Lei Complementar nº41/2025."**

Aproveitamos a oportunidade para externar nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito

Assinado por 4 pessoas: VERGINIA PEDROSO, HEITOR GONÇALVES KAYAMORI, ANTONIO CARLOS BRUSTOLIN JUNIOR e RUDISNEY GIMENES FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pontaldoparana.1doc.com.br/verificacao/9353-8CF9-153C-0EDA e informe o código 9353-8CF9-153C-0EDA

MENSAGEM N°091/2025

Excelentíssima Senhora Presidente,

Senhores Vereadores:

Segue à apreciação dessa Colenda Câmara Municipal projeto de lei que **"Inclui dispositivo na Lei Complementar nº22/2021, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº31 e 32, ambas de 2023 e Lei Complementar nº41/2025."**, a fim de que seja analisado e votado pelos Nobres Edis desta Casa de Leis.

Os nobres vereadores apreciaram e aprovaram alterações na Lei Complementar nº22/2021, que trata de regularização fundiária no Município de Pontal do Paraná.

A presente proposição visa incluir dispositivo à citada lei, incluindo parcelamentos de solo aprovados antes da Lei de Reurb, mas que também se enquadrem em regularização fundiária, a exemplo do Copacabana, Guarapari, Mangue Seco, Ipanema IV, Miami, dentre outros.

A presente medida visa adequar os registros imobiliários de acordo com a situação de fato de ocupações antigas existentes em nosso Município.

Diante do exposto e certos da importância do projeto de lei, solicitamos que seja apreciado por essa Casa Legislativa e aprovado por unanimidade e, na oportunidade, reiteramos nossos protestos de admiração e apreço aos dignos componentes dessa Câmara Municipal.

RUDISNEY GIMENES FILHO

Prefeito

RODOVIA PR 407 – CEP 83255-000 Fone/FAX (0**41) 3455-9600 EMail : prefeitura@pontaldoparana.pr.gov.br
Balneário de Praia de Leste – Pontal do Paraná - PR

Assinado por 4 pessoas: VERGINIA PEDROSO, HEITOR GONÇALVES KAYAMORI, ANTONIO CARLOS BRUSTOLIN JUNIOR e RUDISNEY GIMENES FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pontaldoparana.1doc.com.br/verificacao/9353-8CF9-153C-0EDA e informe o código 9353-8CF9-153C-0EDA

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

Súmula: "Inclui dispositivo na Lei Complementar nº22/2021, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº31 e 32, ambas de 2023 e Lei Complementar nº41/2025."

Art. 1º Inclui parágrafo único ao art.42 da Lei Complementar nº22/2021, com a seguinte redação:

> ***"Art. 42 - (...)***
> ***Parágrafo Único: Aos parcelamentos de solo inseridos em núcleos urbanos aprovados antes da entrada em vigência da presente Lei, poderá ser aplicado o contido no caput do presente artigo, desde que de acordo com a Lei Federal nº6766/1979."***

Art. 2º Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 18 de setembro de 2025.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito

ANTONIO CARLOS BRUSTOLIN JUNIOR
Secretário Municipal de Habitação e Assuntos Fundiários

HEITOR GONÇALVES KAYAMORI
Secretário Municipal de Planejamento Urbano e Infraestrutura

VERGINIA MARA PEDROSO
Procuradora-Geral do Município

Assinado por 4 pessoas: VERGINIA PEDROSO, HEITOR GONÇALVES KAYAMORI, ANTONIO CARLOS BRUSTOLIN JUNIOR e RUDISNEY GIMENES FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pontaldoparana.1doc.com.br/verificacao/9353-8CF9-153C-0EDA e informe o código 9353-8CF9-153C-0EDA

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 9353-8CF9-153C-0EDA

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- VERGINIA PEDROSO (CPF 758.XXX.XXX-68) em 08/10/2025 09:56:34 GMT-03:00
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- HEITOR GONÇALVES KAYAMORI (CPF 038.XXX.XXX-46) em 08/10/2025 12:02:18 GMT-03:00
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ANTONIO CARLOS BRUSTOLIN JUNIOR (CPF 876.XXX.XXX-49) em 08/10/2025 13:50:24 GMT-03:00
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- RUDISNEY GIMENES FILHO (CPF 055.XXX.XXX-69) em 11/12/2025 16:30:30 GMT-03:00
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://pontaldoparana.1doc.com.br/verificacao/9353-8CF9-153C-0EDA

Ofício nº125/2025 – GAB/PGM Pontal do Paraná, 27 de novembro de 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Processo nº: 1342/2025 Hora:09:20
Data de Protocolo: 12/12/2025
Interessado: Poder Executivo
Assunto: Mensagem nº 125/2025 - GAB/PGM

Excelentíssima Senhora
ELINETE GUIMARÃES ROCHA
Presidente da Câmara Municipal de Pontal do Paraná

Assunto: Encaminha Mensagem nº 125/2025

Excelentíssima Senhora Presidente:

Conforme preceitua o **Artigo 67 inciso III da Lei Orgânica do Município**, vimos através deste, respeitosamente, solicitar que seja apreciada a **Mensagem n° 125/2025** acompanhada do Projeto de Lei que **"Dispõe sobre a obrigatoriedade da remoção dos cabos e fiação aérea excedentes, inutilizados e/ou sem uso, instalados por concessionárias que operam ou utilizam a rede aérea em todo o território do Município de Pontal do Paraná, e dá outras providências."**

Aproveitamos a oportunidade para externar nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito

Assinado por 3 pessoas: VERGINIA PEDROSO, HEITOR GONÇALVES KAYAMORI e RUDISNEY GIMENES FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pontaldoparana.1doc.com.br/verificacao/02DA-61AF-1E88-19D6 e informe o código 02DA-61AF-1E88-19D6

MENSAGEM N° 125/2025

Excelentíssima Senhora Presidente,

Senhores Vereadores:

Segue à apreciação dessa colenda Câmara Municipal, projeto de lei que **"Dispõe sobre a obrigatoriedade da remoção dos cabos e fiação aérea excedentes, inutilizados e/ou sem uso, instalados por concessionárias que operam ou utilizam a rede aérea em todo o território do Município de Pontal do Paraná, e dá outras providências."**

A presente preposição objetiva regulamentar em nosso Município a questão dos cabos e fiação instalados nos postes de iluminação pública.

São recorrentes as reclamações de que muitas concessionárias, tanto de telefonia quanto de serviços de internet, abandonam nos postes os materiais em desuso o que acarreta, além da questão estética, risco de acidentes à população e veículos.

Diante do exposto e certos da importância do presente Projeto de Lei, é que solicitamos que seja apreciado e aprovado por essa Casa Legislativa, e na oportunidade, reiteramos nosso protesto de admiração e apreço aos dignos componentes dessa Câmara Municipal.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito

RODOVIA PR 407 – CEP 83255-000 Fone/FAX (041) 3455-9600 EMail : prefeitura@pontaldoparana.pr.gov.br
Balneário de Praia de Leste – Pontal do Paraná - PR

Assinado por 3 pessoas: VERGINIA PEDROSO, HEITOR GONÇALVES KAYAMORI e RUDISNEY GIMENES FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pontaldoparana.1doc.com.br/verificacao/02DA-61AF-1E88-19D6 e informe o código 02DA-61AF-1E88-19D6

PROJETO DE LEI

Súmula: "Dispõe sobre a obrigatoriedade da remoção dos cabos e fiação aérea excedentes, inutilizados e/ou sem uso, instalados por concessionárias que operam ou utilizam a rede aérea em todo o território do Município de Pontal do Paraná, e dá outras providências."

Art.1º. Ficam as concessionárias que operam ou utilizam a rede aérea, em todo o território do Município de Pontal do Paraná, para o fornecimento de serviços de telefonia, de difusão de imagens e sons, internet, ou qualquer outro relacionado à rede aérea, obrigadas a remover os cabos e a fiação por elas instalados, quando em excesso, inutilizados e/ou sem uso.

Art.2º. Caberá ao Poder Executivo Municipal notificar, no prazo de 48h (quarenta e oito horas) a partir do recebimento da reclamação, os responsáveis pela instalação da rede aérea existente a fim de que seja realizada a remoção da fiação e/ou cabeamento excedente, inutilizado e/ou sem uso.

§ 1º Uma vez notificadas pela Administração Pública, as concessionárias mencionadas no art. 1.º terão o prazo de 15 (quinze) dias para providenciar a devida remoção da rede aérea excedente, inutilizável e/ou sem uso.

§ 2º A inobservância do disposto no art. 1.º implicará aos infratores multa no valor equivalente a 50 (cinquenta) UFM´s, para cada ocorrência não regularizada, aplicada em dobro no caso de reincidência, bem como, a perda da autorização ou concessão para desenvolvimento da atividade econômica no Município de Pontal do Paraná, caso a notificação não seja atendida.

§3º. Caso a administração pública municipal não possa identificar a concessionária responsável pelos cabos e fiação em excesso, inutilizados e/ou sem uso, notificará a Companhia Paranaense de Energia Elétrica – COPEL, para que informe a empresa responsável, e, caso a informação não seja fornecida em até trinta dias, ficará responsável de forma solidária ao contido na presente Lei.

Art.3º. As concessionárias terão o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da publicação desta Lei, para se adequarem às disposições nela previstas.

Art.4º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a regulamentar esta Lei, caso seja necessário.

Art.5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, em 27 de novembro de 2025.

RODOVIA PR 407 – CEP 83255-000 Fone/FAX (041) 3455-9600 EMail : prefeitura@pontaldoparana.pr.gov.br
Balneário de Praia de Leste – Pontal do Paraná - PR

Assinado por 3 pessoas: VERGINIA PEDROSO, HEITOR GONÇALVES KAYAMORI e RUDISNEY GIMENES FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pontaldoparana.1doc.com.br/verificacao/02DA-61AF-1E88-19D6 e informe o código 02DA-61AF-1E88-19D6

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito

HEITOR GONÇALVES KAYAMORI
Secretário Municipal de Planejamento Urbano e Infraestrutura

VERGINIA MARA PEDROSO
Procuradora-Geral do Município

Assinado por 3 pessoas: VERGINIA PEDROSO, HEITOR GONÇALVES KAYAMORI e RUDISNEY GIMENES FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pontaldoparana.1doc.com.br/verificacao/02DA-61AF-1E88-19D6 e informe o código 02DA-61AF-1E88-19D6

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 02DA-61AF-1E88-19D6

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- VERGINIA PEDROSO (CPF 758.XXX.XXX-68) em 27/11/2025 10:10:07 GMT-03:00
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- HEITOR GONÇALVES KAYAMORI (CPF 038.XXX.XXX-46) em 27/11/2025 15:57:01 GMT-03:00
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- RUDISNEY GIMENES FILHO (CPF 055.XXX.XXX-69) em 11/12/2025 15:21:38 GMT-03:00
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://pontaldoparana.1doc.com.br/verificacao/02DA-61AF-1E88-19D6

Ofício nº126/2025 – GAB/PGM Pontal do Paraná, 27 de novembro de 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Processo nº: 1343/2025 Hora:09:21
Data de Protocolo: 12/12/2025
Interessado: Poder Executivo
Assunto: Mensagem nº 126/2025 - GAB/PGM

Excelentíssima Senhora
ELINETE GUIMARÃES ROCHA
Presidente da Câmara Municipal de Pontal do Paraná

Assunto: Encaminha Mensagem nº 126/2025

Excelentíssima Senhora Presidente:

Conforme preceitua o **Artigo 67 inciso XIII da Lei Orgânica do Município**, vimos através deste, respeitosamente, solicitar que seja apreciada, em sessão extraordinária, a **Mensagem n° 126/2025** acompanhada do Projeto de Lei que **"Dispõe sobre a obrigatoriedade de reparos e consertos de buracos e valas abertos nas vias públicas, decorrentes de serviços executados por concessionárias, permissionárias de serviços públicos ou suas terceirizadas no âmbito do Município de Pontal do Paraná e dá outras providências."**

Aproveitamos a oportunidade para externar nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito

Assinado por 3 pessoas: VERGINIA PEDROSO, RUDISNEY GIMENES FILHO e HEITOR GONÇALVES KAYAMORI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pontaldoparana.1doc.com.br/verificacao/FE2E-F11D-F564-07CD e informe o código FE2E-F11D-F564-07CD

MENSAGEM N° 126/2025

Excelentíssima Senhora Presidente,

Senhores Vereadores:

Segue à apreciação dessa colenda Câmara Municipal, projeto de lei que **"Dispõe sobre a obrigatoriedade de reparos e consertos de buracos e valas abertos nas vias públicas, decorrentes de serviços executados por concessionárias, permissionárias de serviços públicos ou suas terceirizadas no âmbito do Município de Pontal do Paraná e dá outras providências."**

A presente preposição objetiva regulamentar em nosso Município a questão de serviços executados por concessionárias ou permissionárias de serviços públicos, bem como de suas terceirizadas, que muitas vezes causam danos à pavimentação de vias e não executam os devidos reparos, sendo motivo de reclamações pela população.

Diante do exposto e certos da importância do presente Projeto de Lei, é que solicitamos que seja apreciado e aprovado por essa Casa Legislativa, e na oportunidade, reiteramos nosso protesto de admiração e apreço aos dignos componentes dessa Câmara Municipal.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito

RODOVIA PR 407 – CEP 83255-000 Fone/FAX (041) 3455-9600 EMail : prefeitura@pontaldoparana.pr.gov.br
Balneário de Praia de Leste – Pontal do Paraná - PR

Assinado por 3 pessoas: VERGINIA PEDROSO, RUDISNEY GIMENES FILHO e HEITOR GONÇALVES KAYAMORI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pontaldoparana.1doc.com.br/verificacao/FE2E-F11D-F564-07CD e informe o código FE2E-F11D-F564-07CD

PROJETO DE LEI

Súmula: "Dispõe sobre a obrigatoriedade de reparos e consertos de buracos e valas abertos nas vias públicas, decorrentes de serviços executados por concessionárias, permissionárias de serviços públicos ou suas terceirizadas no âmbito do Município de Pontal do Paraná e dá outras providências."

Art. 1º - Dispõe sobre a obrigatoriedade de reparos e consertos de buracos e valas abertos nas vias públicas, decorrentes de serviços executados por concessionárias, permissionárias de serviços públicos ou suas terceirizadas, que de qualquer modo impliquem intervenções sobre o pavimento de vias ou outros logradouros públicos, a qualquer título.

Art. 2º - Qualquer que seja a hipótese de execução dos serviços sobre a via ou logradouro público será de responsabilidade da executora restabelecer o pavimento removido ou atingido pelo serviço segundo padrões de qualidade do sistema viário ou do logradouro, adequados à utilização do espaço público para os fins a que se destina.

Art. 3º - O restabelecimento do pavimento da via ou logradouro público deverá possuir as mesmas condições de qualidade, bem como o mesmo material, anteriores à intervenção através de serviços executados por concessionárias, permissionárias de serviços públicos ou suas terceirizadas.

Art. 4º - É obrigatório o total e satisfatório conserto ou reparo de valas ou buracos, no prazo máximo de 3 (três) dias, contados do término das obras e/ou serviços realizados em vias, passeios públicos ou qualquer logradouro, quando abertos buracos e valas para a realização de serviços.

Art. 5º - Nas obras de tapa valas e buracos, será respeitada respectivamente a reposição das modalidades de calçamento, tais como, asfalto, paralelepípedos, blocos sextavados, paver, meio fios, sendo obrigatório que a concessionária, permissionária de serviços públicos ou suas terceirizadas, utilizem os mesmos materiais existentes antes de sua intervenção no local.

Art. 6º - A obrigação de que trata esta Lei é de responsabilidade das empresas concessionárias, permissionárias de serviços públicos ou suas terceirizadas descritas no artigo primeiro desta lei e outras que vierem a surgir, ainda que as obras ou serviços que causarem as valas e os buracos tenham sido realizadas por terceiros por elas contratados.

Assinado por 3 pessoas: VERGINIA PEDROSO, RUDISNEY GIMENES FILHO e HEITOR GONÇALVES KAYAMORI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pontaldoparana.1doc.com.br/verificacao/FE2E-F11D-F564-07CD e informe o código FE2E-F11D-F564-07CD

Parágrafo Único. A concessionária ou permissionária de serviços públicos, respondem solidariamente por empresas terceirizadas, pelos prejuízos causados ao patrimônio público, decorrentes da má execução dos serviços, conforme preceitua o Código Civil.

Art. 7º - As vias públicas e os locais próximos àqueles em que as obras ou serviços estiverem sendo executados deverão ser devidamente sinalizados pelas empresas responsáveis pelos mesmos enquanto estas estiverem em andamento.

§ 1" - Deverão as concessionárias ou permissionárias de serviços públicos, isolar o local com placas que permitam a nítida visualização do local, inclusive durante à noite.

§ 2" - A sinalização deve alertar por intermédio de meios que assegurem a segurança, a passagem de pedestres e veículos pelo local.

§ 3" - A sinalização a que se refere este artigo deverá ser mantida após o final das obras ou serviços que a empresa realizou, devendo ser retirada quando for restabelecida a via, o passeio público ou qualquer logradouro, à sua condição original.

Art. 8º - Em caso de descumprimento do disposto nesta Lei, inclusive no que importa à qualidade do serviço realizado, a empresa concessionária, permissionária do serviço público responsável pela obra ou sua terceirizada, será notificada pela Secretaria Municipal competente, no prazo de l0 (dez) dias para cumprir integralmente a obrigação, no que tange a reparação da via, passeio público ou outro logradouro, segundo padrões de qualidade estabelecidos pela Secretaria.

Art. 9º - Caso a concessionária, permissionária do serviço público ou sua terceirizada responsável pela execução das obras ou serviços, não cumpram as determinações elencadas no artigo 5º, referentes ao reparo das vias, passeios ou logradouro público segundo padrões de qualidade estabelecidos pela Secretaria Municipal competente, essa Secretaria poderá executar os serviços e para fins de ressarcimento dos valores empregados, notificará a empresa responsável para pagamento no prazo a ser definido via Decreto Municipal, instruindo a notificação com demonstrativo dos custos de execução desses serviços.

Parágrafo Único. O não ressarcimento dos valores referidos no caput deste artigo, bem como a ausência de pagamento da multa estabelecida, importará na inscrição dos débitos na Dívida Ativa do Município, para sua cobrança judicial ou extrajudicial.

Art. 10 – Qualquer intervenção realizada por concessionárias, permissionárias de serviços públicos ou por suas terceirizadas, que implique abertura de valas, cortes, escavações ou instalação de equipamentos urbanos – incluindo hidrantes, registros, caixas de inspeção, pontos de derivação, cabines subterrâneas ou quaisquer outras infraestruturas – dependerá de autorização prévia da Secretaria Municipal competente.

Assinado por 3 pessoas: VERGINIA PEDROSO, RUDISNEY GIMENES FILHO e HEITOR GONÇALVES KAYAMORI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pontaldoparana.1doc.com.br/verificacao/FE2E-F11D-F564-07CD e informe o código FE2E-F11D-F564-07CD

§1º – Para obtenção da autorização prevista no caput, a empresa executora deverá obrigatoriamente abrir protocolo administrativo junto ao Município, instruído com:

I – croqui de localização contendo posição exata da intervenção, dimensões, profundidade prevista, materiais a serem utilizados e todas as informações necessárias para o correto registro e fiscalização do serviço;
II – declaração do prazo estimado de execução do serviço e de recomposição da via ou logradouro;

III – comprovante de pagamento das taxas devidas, conforme legislação municipal aplicável.

§2º – A intervenção somente poderá ser iniciada após emissão da autorização formal pelo Município, sendo expressamente vedada a execução de qualquer obra, instalação ou abertura de vala antes da liberação do protocolo.

§3º – Após a conclusão dos serviços, a concessionária, permissionária ou terceirizada deverá apresentar croqui atualizado, refletindo fielmente as condições finais executadas no local, o qual será anexado ao processo administrativo correspondente.

§4º – O descumprimento de qualquer das obrigações previstas neste artigo, inclusive a ausência de autorização prévia, de croqui de localização, de pagamento das taxas devidas ou o início de obra sem liberação do Município, sujeitará a empresa às penalidades previstas nesta Lei, sem prejuízo da imediata paralisação da intervenção e das medidas administrativas e legais cabíveis

Art. 11. A concessionária, permissionária ou terceirizada de serviços de fornecimento de energia elétrica é responsável pela manutenção e alinhamento dos postes de iluminação pública e/ou de alta tensão.

§1º Em caso de necessidade de realocação de postes que foram implantados e não observaram o alinhamento viário dos loteamentos aprovados, deverá a concessionária, permissionária ou terceirizada realizar o serviço sem ônus para o Município.

§2º.Para ampliação de rede de energia elétrica a concessionária, permissionária ou terceirizada deverá solicitar a análise prévia do departamento competente do Município.

Art.12. Fica estabelecida multa no valor correspondente a cinquenta UFM´s para cada intervenção executada por concessionárias, permissionárias de serviços públicos ou suas terceirizadas em desacordo com as disposições da presente Lei, sem prejuízo do ressarcimento estabelecido no art.9º.

Art. 13. Esta Lei poderá ser regulamentada por ato do Chefe do Poder Executivo.

Assinado por 3 pessoas: VERGINIA PEDROSO, RUDISNEY GIMENES FILHO e HEITOR GONÇALVES KAYAMORI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pontaldoparana.1doc.com.br/verificacao/FE2E-F11D-F564-07CD e informe o código FE2E-F11D-F564-07CD

Art. 14. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, em 27 de novembro de 2025.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito

HEITOR GONÇALVES KAYAMORI
Secretário Municipal de Planejamento Urbano e Infraestrutura

VERGINIA MARA PEDROSO
Procuradora-Geral do Município

Assinado por 3 pessoas: VERGINIA PEDROSO, RUDISNEY GIMENES FILHO e HEITOR GONÇALVES KAYAMORI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pontaldoparana.1doc.com.br/verificacao/FE2E-F11D-F564-07CD e informe o código FE2E-F11D-F564-07CD

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: FE2E-F11D-F564-07CD

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- VERGINIA PEDROSO (CPF 758.XXX.XXX-68) em 11/12/2025 15:17:38 GMT-03:00
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- RUDISNEY GIMENES FILHO (CPF 055.XXX.XXX-69) em 11/12/2025 15:20:45 GMT-03:00
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- HEITOR GONÇALVES KAYAMORI (CPF 038.XXX.XXX-46) em 11/12/2025 17:37:18 GMT-03:00
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://pontaldoparana.1doc.com.br/verificacao/FE2E-F11D-F564-07CD

Ofício nº 129/2025 – GAB/PGM Pontal do Paraná, 04 de dezembro de 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Processo nº: 1344/2025 Hora:09:23
Data de Protocolo: 12/12/2025
Interessado: Poder Executivo
Assunto: Mensagem nº 129/2025 - GAB/PGM

Excelentíssima Senhora
ELINETE GUIMARÃES ROCHA
Presidente da Câmara Municipal de Pontal do Paraná

Assunto: Encaminha Mensagem nº 129/2025

Excelentíssima Senhora Presidente:

Conforme preceitua o **Artigo 67 inciso XIII da Lei Orgânica do Município**, vimos através deste, respeitosamente, solicitar que seja apreciada, de forma extraordinária, a **Mensagem n° 129/2025** acompanhada do Projeto de Lei que **"Altera Lei nº2702/2025."**

Aproveitamos a oportunidade para externar nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

RUDISNEY GIMENES
Prefeito

Assinado por 3 pessoas: JORGE NOVAKOVICH, RUDISNEY GIMENES FILHO e RUI NOÉ BARROSO TORRES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pontaldoparana.1doc.com.br/verificacao/ADC3-E56F-40AC-4A85 e informe o código ADC3-E56F-40AC-4A85

MENSAGEM N° 129/2025

Excelentíssima Senhora Presidente,

Senhores(as) Vereadores(as):

Segue à apreciação dessa colenda Câmara Municipal, projeto de lei que **"Altera Lei nº2702/2025."**

Trata-se de pedido de adequação na Lei que institui plantão adicional aos valorosos Guardas Civis Municipais, equiparando à lei que trata dos plantão dos fiscais.

Diante do exposto, e certo da importância do projeto de lei, solicito que seja apreciado de forma extraordinária, por essa Casa Legislativa conforme prevê o Artigo 67 inciso XIII da Lei Orgânica do Município, e, na oportunidade, reitero os meus protestos de admiração e apreço aos dignos componentes dessa Câmara Municipal.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito

Assinado por 3 pessoas: JORGE NOVAKOVICH, RUDISNEY GIMENES FILHO e RUI NOÉ BARROSO TORRES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pontaldoparana.1doc.com.br/verificacao/ADC3-E56F-40AC-4A85 e informe o código ADC3-E56F-40AC-4A85

PROJETO DE LEI

Súmula: "Altera Lei nº2702/2025."

Art. 1º. O §5º, do artigo 1º da Lei nº2702/2025, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º (...)

§5 "O servidor somente fará jus à percepção do plantão adicional desde que, nos 10 (dez) dias anteriores, não tenha incorrido em ausência injustificada ou em afastamento de qualquer natureza, ainda que justificado por atestado médico, devendo manter-se assíduo ao exercício do trabalho ordinário durante todo o referido período."

Art. 2º. O §1º, do artigo 2º da Lei nº2702/2025, passa a vigorar com a redação abaixo:

"Art. 2º (...)

§ 1º O plantão será realizado em jornada de 08 (oito) horas, com 1 (uma) hora de descanso.

(...)"

Art. 3º. Fica incluído o inciso III ao §2º, do artigo 2º da Lei nº2702/2025, com a seguinte redação:

"Art. 2º (...)

§ 2º (...)

III - Para a ampliação temporária das equipes responsáveis pelo atendimento de ocorrências e por outras atividades essenciais, bem como para a intensificação das ações de fiscalização e das operações integradas com órgãos municipais ou estaduais, em razão do aumento da população sazonal."

Art. 4º. Fica alterado o artigo 3º da Lei nº2702/2025, para a seguinte redação

Art. 3º (...)

I – (...)

a) 2 (duas) UFMs por plantão de 08h(oito horas) realizado entre 00h00

RODOVIA PR 407 – CEP 83255-000 Fone/FAX (041) 3455-9600 EMail : prefeitura@pontaldoparana.pr.gov.br
Balneário de Praia de Leste – Pontal do Paraná - PR

Assinado por 3 pessoas: JORGE NOVAKOVICH, RUDISNEY GIMENES FILHO e RUI NOÉ BARROSO TORRES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pontaldoparana.1doc.com.br/verificacao/ADC3-E56F-40AC-4A85 e informe o código ADC3-E56F-40AC-4A85

de segunda-feira e 23h59 de sábado;

b) 3 (três) UFMs por plantão de 08h(oito horas) realizado aos domingos e feriados, entre 00h00 e 23h59.

(...)

§ 2º Quando o plantão não abranger integralmente a jornada de 08(oito) horas:

(...)

II - O servidor receberá o valor total quando concluir 08 (oito) horas de atividades, mesmo que em dias fracionados, desde que dentro do mesmo tipo de plantão previsto no caput.

(...)

Art. 5°. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, em 04 de dezembro de 2025.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito

RUI NOE BARROSO TORRES
Secretário Municipal de Segurança Pública

JORGE NOVAKOVICH
Chefe de Gabinete

VERGINIA MARA PEDROSO
Procuradora-Geral do Município

Assinado por 3 pessoas: JORGE NOVAKOVICH, RUDISNEY GIMENES FILHO e RUI NOÉ BARROSO TORRES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pontaldoparana.1doc.com.br/verificacao/ADC3-E56F-40AC-4A85 e informe o código ADC3-E56F-40AC-4A85

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: ADC3-E56F-40AC-4A85

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- JORGE NOVAKOVICH (CPF 186.XXX.XXX-34) em 05/12/2025 09:38:17 GMT-03:00
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- RUDISNEY GIMENES FILHO (CPF 055.XXX.XXX-69) em 11/12/2025 09:55:35 GMT-03:00
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- RUI NOÉ BARROSO TORRES (CPF 723.XXX.XXX-68) em 11/12/2025 11:23:43 GMT-03:00
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://pontaldoparana.1doc.com.br/verificacao/ADC3-E56F-40AC-4A85

Ofício nº 130/2025 – GAB/PGM Pontal do Paraná, 11 de dezembro de 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Processo nº: 1345/2025 Hora:09:24
Data de Protocolo: 12/12/2025
Interessado: Poder Executivo
Assunto: Mensagem nº 130/2025 - GAB/PGM

Excelentíssima Senhora
ELINETE GUIMARÃES ROCHA
Presidente da Câmara Municipal de Pontal do Paraná

Assunto: Encaminha Mensagem nº 130/2025

Excelentíssima Senhora Presidente:

Conforme preceitua o **Artigo 67 inciso XIII da Lei Orgânica do Município**, vimos através deste, respeitosamente, solicitar que seja apreciada, de forma extraordinária, a **Mensagem n° 130/2025** acompanhada do Projeto de Lei que **"Autoriza o enquadramento dos ocupantes de cargo em extinção aos Planos de Cargos, Carreiras e Vencimentos vigentes".**

Aproveitamos a oportunidade para externar nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito

Assinado por 3 pessoas: VERGINIA PEDROSO, JORGE NOVAKOVICH e RUDISNEY GIMENES FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pontaldoparana.1doc.com.br/verificacao/CE33-0D82-E2DD-8F4E e informe o código CE33-0D82-E2DD-8F4E

MENSAGEM N° 130/2025

Excelentíssima Senhora Presidente,

Senhores Vereadores:

Segue à apreciação dessa colenda Câmara Municipal, projeto de lei que **"Autoriza o enquadramento dos ocupantes de cargo em extinção aos Planos de Cargos, Carreiras e Vencimentos vigentes".**

A presente proposição objetiva a reabertura de prazo de enquadramento dos servidores ocupantes de cargo em extinção aos Planos de Cargos Carreiras e Vencimentos vigente, cito a Lei Municipal nº 2.401, de 27 de março de 2023, para os servidores do magistério, e a Lei Municipal nº 2.460, de 10 de agosto de 2023, para os demais servidores.

Diante do exposto e certos da importância do presente Projeto de Lei, é que solicitamos que seja apreciado e aprovado por essa Casa Legislativa, e na oportunidade, reiteramos nosso protesto de admiração e apreço aos dignos componentes dessa Câmara Municipal.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito

RODOVIA PR 407 – CEP 83255-000 Fone/FAX (041) 3455-9600 EMail : prefeitura@pontaldoparana.pr.gov.br
Balneário de Praia de Leste – Pontal do Paraná - PR

Assinado por 3 pessoas: VERGINIA PEDROSO, JORGE NOVAKOVICH e RUDISNEY GIMENES FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pontaldoparana.1doc.com.br/verificacao/CE33-0D82-E2DD-8F4E e informe o código CE33-0D82-E2DD-8F4E

PROJETO DE LEI

Súmula: "Autoriza o enquadramento dos ocupantes de cargo em extinção aos Planos de Cargos, Carreiras e Vencimentos vigentes".

Art. 1º. Aos servidores que atualmente se encontrem em cargos em extinção, fica autorizado o enquadramento aos seus cargos equiparados, nos moldes fixados nas Lei Municipais nº 2.401 e 2.460, ambas de 2023.

§1º. Eventuais alterações financeiras, referente a modificação de valores do enquadramento às Tabelas respectivas, apenas terão efeitos no mês seguinte à modificação, sendo vedado o efeito retroativo.

§2º. Para o enquadramento previsto na presente Lei, os servidores deverão protocolizar requerimento até o dia 30 (trinta) de junho de 2026 (dois mil e vinte e seis).

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, em 11 de dezembro de 2025.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito

VERGINIA MARA PEDROSO
Procuradora-Geral do Município

JORGE NOVAKOVICH
Chefe de Gabinete

Assinado por 3 pessoas: VERGINIA PEDROSO, JORGE NOVAKOVICH e RUDISNEY GIMENES FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pontaldoparana.1doc.com.br/verificacao/CE33-0D82-E2DD-8F4E e informe o código CE33-0D82-E2DD-8F4E

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: CE33-0D82-E2DD-8F4E

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

VERGINIA PEDROSO (CPF 758.XXX.XXX-68) em 11/12/2025 10:39:18 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

JORGE NOVAKOVICH (CPF 186.XXX.XXX-34) em 11/12/2025 10:43:36 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

RUDISNEY GIMENES FILHO (CPF 055.XXX.XXX-69) em 11/12/2025 10:44:52 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://pontaldoparana.1doc.com.br/verificacao/CE33-0D82-E2DD-8F4E

Ofício nº 131/2025 – GAB/PGM Pontal do Paraná, 11 de dezembro de 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Processo nº: 1346/2025 Hora:09:25
Data de Protocolo: 12/12/2025
Interessado: Poder Executivo
Assunto: Mensagem nº 131/2025 - GAB/PGM

Excelentíssima Senhora
ELINETE GUIMARÃES ROCHA
Presidente da Câmara Municipal de Pontal do Paraná

Assunto: Encaminha Mensagem nº 131/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Conforme preceitua o **Artigo 67 inciso XIII da Lei Orgânica do Município**, vimos através deste, respeitosamente, solicitar que seja apreciada, de forma extraordinária, a **Mensagem n° 131/2025** acompanhada do Projeto de Lei que **"Altera a Lei Municipal nº 2681/2025".**

Aproveitamos a oportunidade para externar nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito

Assinado por 3 pessoas: VERGINIA PEDROSO, RUDISNEY GIMENES FILHO e WILLIAM PEREIRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pontaldoparana.1doc.com.br/verificacao/23B1-72B6-D8B0-D821 e informe o código 23B1-72B6-D8B0-D821

MENSAGEM N° 131/2025

Excelentíssima Senhora Presidente,
Senhores Vereadores:

Segue à apreciação dessa Colenda Câmara Municipal projeto de lei que **"Altera a Lei Municipal nº 2681/2025".**

Considerando que a Lei Municipal supracitada estabeleceu prazo até o próximo dia 18 (dezoito) para adesão ao Refis e que muitos contribuintes têm procurado o Município para regularização dos seus débitos, solicitamos a deliberação desta Colenda Casa de Leis no sentido de prorrogar o prazo para adesão ao programa.

Diante do exposto e certos da importância do projeto de lei, solicitamos que seja apreciado e aprovado por essa Casa Legislativa, em sessão extraordinária e, na oportunidade, reiteramos nossos protestos de admiração e apreço aos dignos componentes dessa Câmara Municipal.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito

RODOVIA PR 407 – CEP 83255-000 Fone/FAX (041) 3455-9600 EMail : prefeitura@pontaldoparana.pr.gov.br
Balneário de Praia de Leste – Pontal do Paraná - PR

Assinado por 3 pessoas: VERGINIA PEDROSO, RUDISNEY GIMENES FILHO e WILLIAM PEREIRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pontaldoparana.1doc.com.br/verificacao/23B1-72B6-D8B0-D821 e informe o código 23B1-72B6-D8B0-D821

PROJETO DE LEI

Súmula: "Altera a Lei Municipal nº 2681/2025".

Art. 1°. O §4º, do art.4º da Lei nº2681/2025, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º (...)

§4º O vencimento da última parcela de que tratam os incisos I, II, III e IV do §2º deste artigo, será até o dia 10(dez) de dezembro de 2027. (...)"

Art. 2°. O art. 9º da Lei Municipal nº 2681/2025, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º. O prazo para adesão ao REFISPONTAL será da entrada em vigência da presente Lei até 31 de março de 2026."

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, em 11 de dezembro de 2025.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito

WILLIAM PEREIRA
Secretário Municipal de Finanças e Orçamento

VERGINIA MARA PEDROSO
Procuradora-Geral do Município

RODOVIA PR 407 – CEP 83255-000 Fone/FAX (041) 3455-9600 EMail : prefeitura@pontaldoparana.pr.gov.br
Balneário de Praia de Leste – Pontal do Paraná - PR

Assinado por 3 pessoas: VERGINIA PEDROSO, RUDISNEY GIMENES FILHO e WILLIAM PEREIRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pontaldoparana.1doc.com.br/verificacao/23B1-72B6-D8B0-D821 e informe o código 23B1-72B6-D8B0-D821

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 23B1-72B6-D8B0-D821

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- VERGINIA PEDROSO (CPF 758.XXX.XXX-68) em 11/12/2025 11:08:16 GMT-03:00
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- RUDISNEY GIMENES FILHO (CPF 055.XXX.XXX-69) em 11/12/2025 11:09:10 GMT-03:00
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- WILLIAM PEREIRA (CPF 008.XXX.XXX-17) em 11/12/2025 11:13:01 GMT-03:00
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://pontaldoparana.1doc.com.br/verificacao/23B1-72B6-D8B0-D821

Ofício nº 132/2025 – GAB/PGM Pontal do Paraná, 11 de dezembro de 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Processo nº: 1347/2025 Hora:09:26
Data de Protocolo: 12/12/2025
Interessado: Poder Executivo
Assunto: Mensagem nº 132/2025 - GAB/PGM

Excelentíssima Senhora
ELINETE GUIMARÃES ROCHA
Presidente da Câmara Municipal de Pontal do Paraná

Assunto: Encaminha Mensagem nº 132/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Conforme preceitua o **Artigo 67 inciso XIII da Lei Orgânica do Município**, vimos através deste, respeitosamente, solicitar que seja apreciada, de forma extraordinária, a **Mensagem n° 132/2025** acompanhada do Projeto de Lei que **"Altera a Lei Municipal nº 778/2007".**

Aproveitamos a oportunidade para externar nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito

Assinado por 3 pessoas: VERGINIA PEDROSO, RUDISNEY GIMENES FILHO e HEITOR GONÇALVES KAYAMORI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pontaldoparana.1doc.com.br/verificacao/7BB5-1C3E-8C3C-47F9 e informe o código 7BB5-1C3E-8C3C-47F9

MENSAGEM N° 132/2025

Excelentíssima Senhora Presidente,
Senhores Vereadores:

Segue à apreciação dessa Colenda Câmara Municipal projeto de lei que **"Altera a Lei Municipal nº 778/2007".**

A proposição visa a adequação da Lei em referência à revisão ocorrida no Plano Diretor. A alteração nos artigos 3º, 4º, 5º e 7º da Lei nº 778/2007 busca atualizar e aprimorar o regramento municipal referente à outorga onerosa do direito de construir, garantindo maior clareza normativa, segurança jurídica e alinhamento com a legislação urbanística vigente, especialmente com a Lei Complementar nº 37/2024.

As modificações sugeridas ampliam a precisão conceitual ao definir o potencial construtivo como o somatório dos parâmetros urbanísticos básicos atribuídos ao lote, incluindo expressamente o Coeficiente de Aproveitamento e a Altura Máxima como elementos passíveis de ampliação mediante contrapartida. Além disso, a nova redação das áreas sujeitas à outorga ajusta o texto ao regime de potencial construtivo, deixando de limitar a análise exclusivamente ao Coeficiente de Aproveitamento e incorporando também a altura adicional autorizada.

No tocante ao cálculo do valor da outorga, a proposta mantém a fórmula existente, porém aprimora sua aplicação ao explicitar que a quantidade acrescida poderá decorrer tanto do aumento do Coeficiente de Aproveitamento quanto da altura adicional permitida, proporcionando objetividade, coerência técnica e uniformidade na aplicação dos critérios. A atualização dos fatores de ajuste também simplifica a classificação das vias, adotando parâmetros mais funcionais e compatíveis com a atual estrutura viária do município. Por fim, a adequação do Art. 7º harmoniza a emissão da Certidão de Outorga com o conceito revisado de potencial construtivo, garantindo melhor integração entre os atos autorizativos e os procedimentos de aprovação de projetos.

Diante do exposto e certos da importância do projeto de lei, solicitamos que seja apreciado e aprovado por essa Casa Legislativa, em sessão extraordinária e, na oportunidade, reiteramos nossos protestos de admiração e apreço aos dignos componentes dessa Câmara Municipal.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito

RODOVIA PR 407 – CEP 83255-000 Fone/FAX (041) 3455-9600 EMail : prefeitura@pontaldoparana.pr.gov.br
Balneário de Praia de Leste – Pontal do Paraná - PR

Assinado por 3 pessoas: VERGINIA PEDROSO, RUDISNEY GIMENES FILHO e HEITOR GONÇALVES KAYAMORI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pontaldoparana.1doc.com.br/verificacao/7BB5-1C3E-8C3C-47F9 e informe o código 7BB5-1C3E-8C3C-47F9

PROJETO DE LEI

Súmula: "Altera a Lei Municipal nº 778/2007".

Art. 1°. Acrescenta-se o parágrafo único ao art.3º da Lei nº778/2007, com a seguinte redação:

"Art. 3º (...)

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, considera-se potencial construtivo o somatório dos parâmetros urbanísticos básicos atribuídos ao lote, especialmente o Coeficiente de Aproveitamento e a Altura Máxima passíveis de ampliação mediante contrapartida, conforme definidos na Lei Complementar nº 37/2024, seus anexos e atualizações."

Art. 2°. O art. 4º da Lei Municipal nº 778/2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º As áreas passíveis de Outorga Onerosa do Direito de Construir são aquelas onde o direito de construir poderá ser exercido acima do permitido pela aplicação do Coeficiente de Aproveitamento e/ou Altura Máxima estabelecido pela Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano, até o limite estabelecido pelo uso do Coeficiente de Aproveitamento e/ou Altura Máxima, estabelecido em legislação específica, mediante contrapartida financeira do interessado."

Art. 3°. O art. 5º da Lei Municipal nº 778/2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º (...)

§1º Os valores para o coeficiente de ajuste então seriam os seguintes:

Assinado por 3 pessoas: VERGINIA PEDROSO, RUDISNEY GIMENES FILHO e HEITOR GONÇALVES KAYAMORI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pontaldoparana.1doc.com.br/verificacao/7BB5-1C3E-8C3C-47F9 e informe o código 7BB5-1C3E-8C3C-47F9

I - 0,17 - para os lotes de terreno com frente para as vias principais dos principais balneários (Rua Baronesa do Cerro Azul, Rua Dario Veloso, Alameda Berenice, Avenida Paraná, Avenida Oswald de Andrade, Rua São Salvador, Rua do Comércio, Rua São Luiz, Avenida Ayrton Senna, Avenida Grajaú, Avenida Sete de Setembro, Rua Fernando Elias, Avenida Neptuno, Avenida Edo Puhl, Avenida Ipanema, Rua Paraguai, Rua Nicaragua, Alameda da Praia, Rua dos Sombreiros, e para os lotes de terreno de frente para as Rodovias: Rodovia PR-407 - Rodovia Engenheiro Argus Thá Heyn e Rodovia PR-412 - Rodovia Engenheiro Darci Gomes de Moraes. Avenida Deputado Anibal Khouri, Avenida Beira Mar).

II - 0,12 - para os demais lotes de terreno do município. (Redação dada pela Lei no 2155/2021)

§2º Para fins de cálculo da outorga onerosa referente à ampliação da Altura Máxima, a quantidade acrescida (QA) corresponderá à soma da área total dos pavimentos adicionais que excedam o limite de altura ou o número máximo de pavimentos permitido pela legislação de zoneamento, aplicando-se a mesma fórmula prevista no caput para a extrapolação do Coeficiente de Aproveitamento.

§3º Nos casos em que houver solicitação simultânea para Coeficiente de Aproveitamento e Altura Máxima, serão calculados individualmente os valores devidos para cada ampliação aplicando-se a fórmula prevista no caput, contudo, será devido apenas o valor mais elevado dentre os cálculos, o qual será considerado como valor único, abrangendo, em um único pagamento, ambas as ampliações."

Art. 4°. O art. 7º da Lei Municipal nº 778/2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º Quando o Coeficiente de Aproveitamento e/ou Altura Máxima, adicional ao Coeficiente e Altura estabelecido em Lei de

RODOVIA PR 407 – CEP 83255-000 Fone/FAX (041) 3455-9600 EMail : prefeitura@pontaldoparana.pr.gov.br
Balneário de Praia de Leste – Pontal do Paraná - PR

Assinado por 3 pessoas: VERGINIA PEDROSO, RUDISNEY GIMENES FILHO e HEITOR GONÇALVES KAYAMORI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pontaldoparana.1doc.com.br/verificacao/7BB5-1C3E-8C3C-47F9 e informe o código 7BB5-1C3E-8C3C-47F9

Zoneamento e Uso e Ocupação do Solo, não for solicitado diretamente vinculado à aprovação de projeto de edificação, o Executivo poderá expedir Certidão de Outorga Onerosa de Potencial Construtivo vinculada a determinado lote, que será convertida em direito de construir com a aprovação do respectivo projeto de edificação.
(...)"

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, em 11 de dezembro de 2025.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito

HEITOR GONÇALVES KAYAMORI
Secretário Municipal de Planejamento Urbano e Infraestrutura

VERGINIA MARA PEDROSO
Procuradora-Geral do Município

RODOVIA PR 407 – CEP 83255-000 Fone/FAX (041) 3455-9600 EMail : prefeitura@pontaldoparana.pr.gov.br
Balneário de Praia de Leste – Pontal do Paraná - PR

Assinado por 3 pessoas: VERGINIA PEDROSO, RUDISNEY GIMENES FILHO e HEITOR GONÇALVES KAYAMORI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pontaldoparana.1doc.com.br/verificacao/7BB5-1C3E-8C3C-47F9 e informe o código 7BB5-1C3E-8C3C-47F9

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 7BB5-1C3E-8C3C-47F9

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

VERGINIA PEDROSO (CPF 758.XXX.XXX-68) em 11/12/2025 16:02:48 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

RUDISNEY GIMENES FILHO (CPF 055.XXX.XXX-69) em 11/12/2025 16:10:55 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

HEITOR GONÇALVES KAYAMORI (CPF 038.XXX.XXX-46) em 12/12/2025 08:09:15 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://pontaldoparana.1doc.com.br/verificacao/7BB5-1C3E-8C3C-47F9

Ofício nº 134/2025 – GAB/PGM Pontal do Paraná, 11 de dezembro de 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Processo nº: 1348/2025 Hora:09:27
Data de Protocolo: 12/12/2025
Interessado: Poder Executivo
Assunto: Mensagem nº 134/2025 - GAB/PGM

Excelentíssima Senhora
ELINETE GUIMARÃES ROCHA
Presidente da Câmara Municipal de Pontal do Paraná

Assunto: Encaminha Mensagem nº 134/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Conforme preceitua o **Artigo 67 inciso XIII da Lei Orgânica do Município**, vimos através deste, respeitosamente, solicitar que seja apreciada, de forma extraordinária, a **Mensagem n° 134/2025** acompanhada do Projeto de Lei Complementar que **"Altera a Lei nº2401/2023".**

Aproveitamos a oportunidade para externar nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito

Assinado por 4 pessoas: VERGINIA PEDROSO, JORGE NOVAKOVICH, RUDISNEY GIMENES FILHO e CINTIA MENDES DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pontaldoparana.1doc.com.br/verificacao/D875-DF3B-D97F-12EB e informe o código D875-DF3B-D97F-12EB

MENSAGEM N° 133/2025

Excelentíssima Senhora Presidente,
Senhores Vereadores:

Segue à apreciação dessa Colenda Câmara Municipal projeto de lei que **"Altera a Lei nº2401/2023"**

A proposição justifica-se, segundo a SMED – Memorando 27019/2025:

1. Crescimento da Demanda Escolar: O aumento no número de turmas e matrículas exige uma gestão pedagógica mais robusta, garantindo um acompanhamento eficaz das práticas educacionais.
2. Melhoria da Qualidade do Ensino: Pedagogos qualificados são essenciais para implementar e monitorar práticas pedagógicas inovadoras, contribuindo para o aprimoramento dos índices de aprendizagem e para a formação integral dos alunos.
3. Apoio aos Educadores: Com mais profissionais na área, será possível oferecer suporte contínuo aos docentes, promovendo formação, planejamento e troca de experiências que enriquecem o processo de ensino-aprendizagem.
4. Implementação de Novas Diretrizes Educacionais: As constantes atualizações nas diretrizes e legislações demandam uma equipe maior de pedagogos para assegurar que as novas práticas sejam efetivamente integradas ao cotidiano escolar.
5. Fortalecimento da Gestão Escolar: A presença de mais pedagogos permite uma gestão escolar mais eficaz, promovendo a articulação entre as diferentes áreas do conhecimento e assegurando um ambiente harmonioso.
6. Atendimento às Necessidades da Comunidade Escolar: O aumento do número de profissionais possibilita um acompanhamento mais próximo das necessidades específicas de cada turma, promovendo um ambiente inclusivo e adaptado às diversidades dos alunos.
7. Falta de Profissionais: Com a decisão de não mais utilizar professores como pedagogos, é imprescindível aumentar o número de educadores para garantir uma gestão pedagógica focada e eficiente.

Diante do exposto, o aumento de vagas para professores pedagogos é uma medida necessária para aprimorar a qualidade do ensino e atender de forma mais eficaz às necessidades da comunidade escolar.

Diante do exposto e certos da importância do projeto de lei, solicitamos que seja apreciado e aprovado por essa Casa Legislativa, em sessão extraordinária e, na oportunidade, reiteramos nossos protestos de admiração e apreço aos dignos componentes dessa Câmara Municipal.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito

RODOVIA PR 407 – CEP 83255-000 Fone/FAX (041) 3455-9600 EMail : prefeitura@pontaldoparana.pr.gov.br
Balneário de Praia de Leste – Pontal do Paraná - PR

Assinado por 4 pessoas: VERGINIA PEDROSO, JORGE NOVAKOVICH, RUDISNEY GIMENES FILHO e CINTIA MENDES DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pontaldoparana.1doc.com.br/verificacao/D875-DF3B-D97F-12EB e informe o código D875-DF3B-D97F-12EB

PROJETO DE LEI

Súmula: "Altera a Lei nº2401/2023"

Art. 1°. Altera-se a Tabela 1"D" do Anexo I da Lei nº2401/2023 passando a ter os seguintes quantitativos:

"

TABELA 1 "D" – CARREIRA DE MAGISTÉRIO – PROFESSOR PEDAGOGO

CARGO	VAGAS
PROFESSOR PEDAGOGO	45
TOTAL DE VAGAS DA CARREIRA	**45**

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, em 11 de dezembro de 2025.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito

HEITOR GONÇALVES KAYAMORI
Secretário Municipal de Planejamento Urbano e Infraestrutura

JORGE NOVAKOVICH
Chefe de Gabinete

VERGINIA MARA PEDROSO
Procuradora-Geral do Município

Assinado por 4 pessoas: VERGINIA PEDROSO, JORGE NOVAKOVICH, RUDISNEY GIMENES FILHO e CINTIA MENDES DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pontaldoparana.1doc.com.br/verificacao/D875-DF3B-D97F-12EB e informe o código D875-DF3B-D97F-12EB

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: D875-DF3B-D97F-12EB

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- VERGINIA PEDROSO (CPF 758.XXX.XXX-68) em 11/12/2025 17:04:28 GMT-03:00
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- JORGE NOVAKOVICH (CPF 186.XXX.XXX-34) em 11/12/2025 17:06:31 GMT-03:00
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- RUDISNEY GIMENES FILHO (CPF 055.XXX.XXX-69) em 11/12/2025 17:06:47 GMT-03:00
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- CINTIA MENDES DA SILVA (CPF 027.XXX.XXX-29) em 11/12/2025 17:19:24 GMT-03:00
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://pontaldoparana.1doc.com.br/verificacao/D875-DF3B-D97F-12EB

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento
Departamento de Planejamento, Execução e Controle Orçamentário

ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO DA DESPESA COM PESSOAL E PROJEÇÃO PARA OS EXERCÍCIOS SUBSEQUENTES

		PREVISÃO ANUAL		
	OUT 2024 a SET 2025	2025	2026	2027
DESPESA TOTAL COM PESSOAL	90.450.089,05	87.090.034,18	92.964.649,26	98.497.849,26
RCL - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	223.767.863,11	203.900.000,00	211.680.000,00	216.200.000,00
ÍNDICE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL (%)	40,42	42,71	43,92	45,56

Informações do Relatório RGF – Demonstrativo da Despesa com Pessoal - TCE/PR – SIM/AM
RCL extraída das previsões para a LDO em 2026 e 2027
Despesa Total com Pessoal extraída da projeção do realizado
Memorando 27019.2025 - Contratação 15 Pedagogos
Realizado ajuste na despesa total com pessoal

		PREVISÃO ANUAL		
	OUT 2024 a SET 2025	2025	2026	2027
DESPESA TOTAL COM PESSOAL	90.450.089,05	87.090.034,18	92.964.649,26	98.497.849,26
RCL	223.767.863,11	203.900.000,00	211.680.000,00	216.200.000,00
IMPACTO COM O AUMENTO	-	0,00	1.138.773,42	1.138.773,42
NOVA DESPESA COM PESSOAL	-	87.090.034,18	94.103.422,68	99.636.622,68
ÍNDICE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL (%)	40,42	42,71	43,92	45,56
ÍNDICE ATUALIZADO	40,42	42,71	44,46	46,09

Pontal do Paraná, 11 de dezembro de 2025

WILLIAM PEREIRA
Secretário Municipal de Finanças e Orçamento

Ofício nº 135/2025 – GAB/PGM

Pontal do Paraná, 11 de dezembro de 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Processo nº: 1349/2025 Hora:09:28
Data de Protocolo: 12/12/2025
Interessado: Poder Executivo
Assunto: Mensagem nº 135/2025 - GAB/PGM

Excelentíssima Senhora
ELINETE GUIMARÃES ROCHA
Presidente da Câmara Municipal de Pontal do Paraná

Assunto: Encaminha Mensagem nº 135/2025

Excelentíssima Senhora Presidente:

Conforme preceitua o **Artigo 67 inciso XIII da Lei Orgânica do Município**, vimos através deste, respeitosamente, solicitar que seja apreciada, de forma extraordinária, a **Mensagem n° 135/2025** acompanhada do Projeto de Lei que "**Dispõe sobre a redução de carga horária para os servidores públicos estatutários e empregados públicos do Poder Executivo de Pontal do Paraná, e dá outras providências".**

Aproveitamos a oportunidade para externar nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito

Assinado por 3 pessoas: VERGINIA PEDROSO, JORGE NOVAKOVICH e RUDISNEY GIMENES FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pontaldoparana.1doc.com.br/verificacao/4CC9-E09B-D195-24E1 e informe o código 4CC9-E09B-D195-24E1

MENSAGEM N° 135/2025

Excelentíssima Senhora Presidente,
Senhores Vereadores:

Segue à apreciação dessa colenda Câmara Municipal, projeto de lei que "**Dispõe sobre a redução de carga horária para os servidores públicos estatutários e empregados públicos do Poder Executivo de Pontal do Paraná, e dá outras providências".**

A presente proposição objetiva a reformulação da Lei Promulgada nº 025/2009, que, ao dispor sobre o mesmo assunto, incorreu em vício de constitucionalidade resultante da usurpação da iniciativa privativa do Chefe do Executivo, nos termos das ADIs 2.867, 2.305 e 6.337 do Supremo Tribunal Federal e ainda para incluir os empregados públicos em referida legislação.

O objetivo pelo Município é a regulamentação e atualização desta matéria que, embora seja relevante e importante para parcela dos servidores públicos, precisam ser readequadas à realidade atual dos nossos servidores públicos, de forma a se assegurar a proteção dos dependentes, sem prejudicar a prestação do serviço público.

O presente processo se pauta na iniciativa privativa do Chefe do Executivo, que se encontra transcrita no artigo 46, incisos I e II da Lei Orgânica do Município, bem como se ampara no Memorando nº 2.001/2025, aberto para deliberações sobre o tema.

Diante do exposto e certos da importância do presente Projeto de Lei, é que solicitamos que seja apreciado e aprovado por essa Casa Legislativa, e na oportunidade, reiteramos nosso protesto de admiração e apreço aos dignos componentes dessa Câmara Municipal.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito

RODOVIA PR 407 – CEP 83255-000 Fone/FAX (041) 3455-9600 EMail : prefeitura@pontaldoparana.pr.gov.br
Balneário de Praia de Leste – Pontal do Paraná - PR

Assinado por 3 pessoas: VERGINIA PEDROSO, JORGE NOVAKOVICH e RUDISNEY GIMENES FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pontaldoparana.1doc.com.br/verificacao/4CC9-E09B-D195-24E1 e informe o código 4CC9-E09B-D195-24E1

PROJETO DE LEI

Súmula: "Dispõe sobre a redução de carga horária para os servidores públicos estatutários e empregados públicos do Poder Executivo de Pontal do Paraná, e dá outras providências".

Art. 1º Fica autorizada a redução de carga horária para os servidores públicos municipais, estatutários efetivos e empregados públicos, do Poder Executivo de Pontal do Paraná, conforme os critérios estabelecidos nesta Lei.

Art. 2º A redução de carga horária será permitida apenas para servidores com carga horária superior a 20 (vinte) horas semanais, podendo ser de um único ou do somatório de vínculos e que não estejam em estágio probatório.

I - Servidores com carga horária de 20 (vinte) horas semanais não terão direito à redução de carga horária;

II – A carga horária dos servidores não poderá ser reduzida para menos de 20 (vinte) horas semanais.

§ 1º. A concessão do benefício não implicará na redução máxima de jornada, dependendo da análise de cada caso, com base nos documentos médicos e análise do perito.

§ 2º. A redução de carga horária ficará condicionada ao número de tratamentos terapêuticos realizados pelo dependente, nos termos do art. 3º desta Lei.

Art. 3º A redução de carga horária dos servidores será concedida mediante a apresentação de documentação e parecer médico da equipe de saúde responsável, que ateste a necessidade da redução em virtude de tratamentos terapêuticos realizados por dependentes, conforme disposto na legislação federal pertinente.

§ 1º. A análise dos documentos e a recomendação sobre a redução de carga horária será realizada por um médico perito designado pelo Município de Pontal do Paraná, com base na quantidade e necessidade de terapias realizadas pelo dependente.

§ 2º. A redução só será válida após o deferimento do pedido pelo médico perito responsável pela análise dos documentos e ciência do secretário da pasta e chefia imediata, sendo vedado ao servidor ausentar-se antes da conclusão do processo, caso em que poderá sofrer as penalidades em conformidade com o Estatuto do Servidor ou CLT.

Assinado por 3 pessoas: VERGINIA PEDROSO, JORGE NOVAKOVICH e RUDISNEY GIMENES FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pontaldoparana.1doc.com.br/verificacao/4CC9-E09B-D195-24E1 e informe o código 4CC9-E09B-D195-24E1

Art. 4º. A redução de carga horária será reavaliada periodicamente, a cada 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser mantida, ajustada ou revogada, de acordo com a evolução da situação terapêutica do dependente do servidor.

Art. 5º. O servidor que solicitar a redução de carga horária deverá apresentar, além da documentação médica, comprovação do vínculo com o dependente que necessita de terapias ou tratamento e que sua assistência é indispensável ao mesmo, não possuindo outro responsável para seu acompanhamento.

Art. 6º. O servidor beneficiado pela redução de carga horária manterá todos os direitos trabalhistas, incluindo remuneração integral e outros benefícios previstos em lei.

Parágrafo único: Fica vedada a concessão de gratificação de função a servidores beneficiados pela redução de carga horária prevista nesta Lei.

Art. 7º. Esta legislação acolherá somente um dos responsáveis pelo dependente, em caso de os dois tutores serem servidores públicos deste Município.

Art. 8º. Fica vedado o cômputo de banco de horas ou horas extras ao servidor que trabalhar além da jornada reduzida.

Art. 9º O Poder Executivo de Pontal do Paraná regulamentará, por meio de decreto, os procedimentos administrativos necessários à implementação da redução de carga horária, bem como as formas de controle, fiscalização e acompanhamento da aplicação desta Lei.

Art. 10. Aos servidores e empregados públicos que já são beneficiados com a redução de jornada, será concedido o prazo até dia 31 (trinta e um) de março de 2026 (dois mil e vinte e seis) para adequação à presente Lei.

Art.11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Promulgada nº 25/2009.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, em 11 de dezembro de 2025.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito

VERGINIA MARA PEDROSO
Procuradora-Geral do Município

JORGE NOVAKOVICH
Chefe de Gabinete

RODOVIA PR 407 – CEP 83255-000 Fone/FAX (041) 3455-9600 EMail : prefeitura@pontaldoparana.pr.gov.br
Balneário de Praia de Leste – Pontal do Paraná - PR

Assinado por 3 pessoas: VERGINIA PEDROSO, JORGE NOVAKOVICH e RUDISNEY GIMENES FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pontaldoparana.1doc.com.br/verificacao/4CC9-E09B-D195-24E1 e informe o código 4CC9-E09B-D195-24E1

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 4CC9-E09B-D195-24E1

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

VERGINIA PEDROSO (CPF 758.XXX.XXX-68) em 12/12/2025 08:34:12 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

JORGE NOVAKOVICH (CPF 186.XXX.XXX-34) em 12/12/2025 08:35:05 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

RUDISNEY GIMENES FILHO (CPF 055.XXX.XXX-69) em 12/12/2025 08:38:49 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://pontaldoparana.1doc.com.br/verificacao/4CC9-E09B-D195-24E1

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

Estado do Paraná

ANTEPROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 08/2025

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Processo nº:1316/2025 Hora: 14:32
Data de Protocolo: 08/12/2025
Interessado: Mesa Executiva
Assunto: Anteprojeto de Resolução 08/2025

A Mesa Executiva da Câmara Municipal, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial dos artigos 34, I da Lei Orgânica de Pontal do Paraná e Artigos 48, III, e 110, III do Regimento Interno, submetem à apreciação do Douto Plenário o seguinte anteprojeto de Resolução:

Súmula: "Regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que Dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito do Poder Legislativo Municipal de Pontal do Paraná - PR."

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I – Da Finalidade e do Âmbito de Aplicação

Art. 1° Esta Resolução regulamenta a Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito do Poder Legislativo do Município de Pontal do Paraná-PR.

Art. 2° O disposto nesta Resolução *abrange* exclusivamente as compras e contratações do Poder Legislativo Municipal de Pontal do Paraná.

Art. 3° Na aplicação desta Resolução, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do

interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 04 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

TÍTULO II

DOS AGENTES ENVOLVIDOS NAS CONTRATAÇÕES

CAPÍTULO I – Dos Agentes Públicos

Art. 4º O Presidente da Câmara designará os seguintes agentes, conforme a necessidade e natureza do procedimento:

I - Agente de Contratação e Equipe de Apoio;

II - Fiscais e Gestores de contratos;

III - Membros de Comissão de Contratação, quando exigido;

IV - Servidor responsável pelo Plano de Contratações Anual;

V - Agentes de Controle Interno e Assessoramento Jurídico.

§ 1º Os agentes serão preferencialmente servidores efetivos, podendo ser comissionados nos termos da Lei, desde que comprovadamente capacitados.

§ 2º É obrigatória a capacitação prévia e continuada dos agentes designados.

§ 3º Deverá ser observada a segregação de funções em todas as etapas do processo de contratação.

Art. 5º. Em observância ao princípio da segregação de funções, é vedada a designação do mesmo agente público para atuar, simultaneamente, nas seguintes combinações de papéis:

I - Elaborador do Estudo Técnico Preliminar (ETP) ou Termo de Referência (TR) e Agente de Contratação ou membro da Comissão de Contratação;

II - Agente de Contratação ou membro da Comissão de Contratação e Gestor ou Fiscal de Contrato;

III - Gestor de Contrato e Fiscal de Contrato.

Parágrafo único. A vedação prevista no caput não se aplica à atuação do Agente de Contratação como Pregoeiro, conforme previsto no Art. 7º, § 7º desta Resolução.

SEÇÃO I – Do Agente de Contratação

Art. 6º Ao Agente de Contratação, designado nos termos do art. 8º da Lei nº 14.133/2021, ou, conforme o caso, à Comissão de Contratação, incumbe a condução das contratações no âmbito da Câmara Municipal, incluídas as licitações e as contratações diretas.

Art. 7º Ao Agente de Contratação ou à Comissão de Contratação compete a condução da fase externa do processo licitatório, incluindo o recebimento e julgamento das propostas, a negociação de condições mais vantajosas com o primeiro colocado e o exame de documentos, cabendo-lhes ainda:

I - conduzir a sessão pública;

II - receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e seus anexos, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;

III - verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no edital;

IV - coordenar a sessão pública e o envio de lances, quando for o caso;

V - verificar e julgar as condições de habilitação;

VI - sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;

VII - receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;

VIII - indicar o vencedor do certame;

IX - conduzir os trabalhos da equipe de apoio;

X - encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente, propondo a sua homologação;

XI – tomar decisões em prol da boa condução do procedimento licitatório e/ou à contratação direta, impulsionando o procedimento, inclusive demandando às áreas internas o saneamento da fase preparatória, caso necessário;

XII – acompanhar os trâmites do processo de contratação, promovendo diligências para garantir o cumprimento do calendário de execução e observando o grau de prioridade da demanda;

XIII – instruir, conduzir e supervisionar os procedimentos auxiliares previstos na Lei nº 14.133/2021, bem como os procedimentos de contratação direta, incluindo a supervisão das minutas de editais e documentos da fase preparatória;

XIV – propor à autoridade competente a revogação ou a anulação do procedimento licitatório ou da contratação direta, nos termos da legislação aplicável;

XV – providenciar a inserção dos dados relativos ao procedimento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no sítio oficial da Câmara Municipal e realizar outras publicações legais, quando não houver setor responsável por essas atribuições.

§ 1º A Comissão de Contratação conduzirá o Diálogo Competitivo e todos os processos licitatórios que envolvam procedimentos auxiliares (art. 6º, inciso L, parte final, da Lei nº 14.133/2021), cabendo-lhe, no que couberem, as atribuições listadas neste artigo, sem prejuízo de outras tarefas inerentes.

§ 2º Caberá ao Agente de Contratação a instrução dos processos de contratação direta nos termos do art. 72 da Lei nº 14.133/2021, quando for necessária sua atuação.

§ 3º O Agente de Contratação, assim como os membros da Comissão de Contratação, poderão ser, preferencialmente, servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes do Município, ou cedidos de outros órgãos ou entidades.

§ 4º O Agente de Contratação e a Comissão de Contratação contarão, sempre que necessário, com o suporte dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho de suas funções.

§ 5º O Agente de Contratação será auxiliado por Equipe de Apoio e responderá individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da equipe.

§ 6º O Agente de Contratação poderá ser substituído por Comissão de Contratação formada por, no mínimo, três membros, que responderão solidariamente pelos atos praticados pela Comissão, ressalvado o membro que expressar posição individual divergente, fundamentada e registrada em ata.

§ 7º Em licitação na modalidade Pregão, o Agente de Contratação responsável pela condução do certame será designado Pregoeiro.

SEÇÃO II – Do Gestor de Contrato

Art. 8º A execução dos contratos administrativos firmados pela Câmara Municipal de Pontal do Paraná será acompanhada e fiscalizada por Gestor de Contrato, nos termos dos arts. 117 a 120 da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante designação formal por ato da autoridade competente.

§ 1º O Gestor de Contrato atuará como representante da Administração Pública, responsável por garantir o fiel cumprimento das cláusulas contratuais pela contratada.

§ 2º Sempre que necessário, o Gestor poderá contar com o apoio de Fiscais Técnicos, designados para acompanhamentos específicos conforme a natureza do objeto contratual.

§ 3º A designação do Gestor de Contrato deverá ocorrer antes do início da execução contratual e será registrada nos autos do processo administrativo.

Art. 9º Compete ao Gestor do Contrato:

I - coordenar as atividades relacionadas à fiscalização contratual, bem como a instrução processual para a formalização dos procedimentos de gestão administrativa, tais como prorrogação, reequilíbrio econômico-financeiro, reajuste, repactuação e extinção dos contratos;

II - contribuir com a fase preparatória, quando solicitado, fornecendo informações e lições aprendidas de contratos anteriores, visando ao aprimoramento dos Estudos Técnicos Preliminares e Termos de Referência, sem manifestação técnica sobre o objeto;

III - indicar os responsáveis pela fiscalização do contrato e, quando couber, seus auxiliares, bem como informar à Presidência as alterações quanto à composição dessas equipes;

IV - controlar os prazos contidos nos contratos, zelando pela continuidade das aquisições e serviços, quando cabível, e pela conclusão do objeto no tempo avençado;

V - comunicar à Presidência as ocorrências, faltas ou defeitos observados pelo fiscal, sugerindo as medidas necessárias para o fiel cumprimento do objeto pactuado;

VI - submeter à Presidência eventuais propostas de alteração contratual, com a finalidade de aprimorar a execução do ajuste;

VII - coordenar os atos de recebimento provisório e definitivo de bens móveis ou imóveis, obras e serviços, assim como os atos relativos ao atesto da execução contratual e à liquidação da despesa;

VII - coordenar os atos de recebimento provisório e definitivo de bens, obras e serviços, e atestar a execução contratual, encaminhando ao setor competente os documentos necessários para a liquidação da despesa, após o subsídio do Fiscal de Contrato;

VIII - emitir atestado de capacidade técnica, após prévia ciência da Presidência;

IX - informar ao Departamento Contábil, Financeiro e Orçamentário as obrigações financeiras não liquidadas no exercício, visando a eventual reforço, cancelamento e/ou inscrição de saldos de empenho à na conta de restos a pagar;

X - prestar as informações necessárias à elaboração do Plano de Contratações Anual;

XI - comunicar ao seu superior hierárquico as ocorrências, que exijam medidas que decorrentes desbordem de sua esfera de atribuições.

SEÇÃO III – Do Fiscal de Contrato

Art. 10 A autoridade competente poderá designar, além do Gestor do Contrato, um ou mais Fiscais de Contrato, com a finalidade de assistir tecnicamente no acompanhamento da execução contratual, conforme a natureza, o objeto e a complexidade do ajuste.

§ 1º A designação do(s) Fiscal(is) de Contrato deverá ser formalizada por ato próprio e registrada no processo administrativo do contrato.

§ 2º Os Fiscais atuarão em conjunto com o Gestor do Contrato, exercendo função auxiliar, técnica ou especializada, conforme sua área de conhecimento ou setor de lotação.

§ 3º Poderão ser designados fiscais distintos para o acompanhamento técnico, administrativo, contábil, jurídico ou setorial, de forma individual ou colegiada.

Art. 11. Compete ao Fiscal de Contrato:

I - registrar todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a sua regularização;

II - comunicar ao Gestor de Contrato as condutas que caracterizem descumprimento contratual;

III - subsidiar o Gestor de Contrato com as informações e documentos necessários à instrução processual para prorrogação, reequilíbrio econômico-financeiro, reajuste, repactuação, pagamento e extinção dos contratos;

IV - atuar no controle dos prazos contidos no contrato, propondo ao gestor do contrato sua prorrogação, quando cabível, ou assegurando que objeto seja concluído no prazo avençado;

V - acompanhar e supervisionar as atividades atribuídas aos auxiliares de fiscalização;

VI - manter devidamente atualizados os sistemas de controle utilizados e/ou alimentados pela Câmara Municipal de Pontal do Paraná;

VII - apresentar ao Gestor do Contrato eventuais propostas de alteração contratual, com a finalidade de aprimorar a execução do ajuste;

VIII - efetuar o recebimento provisório e definitivo de bens móveis ou imóveis, obras e serviços, segundo os prazos e os métodos estabelecidos quando da elaboração do Termo de Referência ou do Projeto Básico;

IX - atestar a execução contratual e encaminhar ao Gestor de Contrato os documentos necessários para a liquidação da despesa;

X - registrar e controlar os pagamentos realizados à contratada e comunicar ao Gestor de Contrato e ao setor financeiro;

XI - instruir e encaminhar ao Gestor de Contrato pedidos de emissão de atestado de capacidade técnica;

XII - informar ao Gestor de Contrato as obrigações financeiras não liquidadas no exercício, visando a eventual reforço, cancelamento e/ou inscrição de saldos de empenho à na conta de restos a pagar;

XIII - subsidiar o Gestor de Contrato com informações necessárias à elaboração do Plano de Contratações Anual;

XIV - manter-se atualizado sobre o nicho de mercado em que o objeto contratado está inserido, informando ao Gestor do contrato acerca de mudanças significativas que possam recair sobre a contratação, especialmente sobre novos acordos coletivos de trabalho, alterações legislativas e variações de preços;

XV - intermediar a comunicação entre a Administração Pública e os contratados, especialmente quanto a eventuais questionamentos dirigidos aos órgãos de controle interno;

XVI - executar as seguintes atividades, quando no exercício da fiscalização de contratos em regime de dedicação exclusiva de mão de obra:

a) verificar a planilha de frequência dos empregados da contratada e o recolhimento dos encargos trabalhistas, previdenciários e tributários, além das respectivas obrigações acessórias, atentando para eventual subcontratação não autorizada; e

b) elaborar a planilha-resumo do contrato e encaminhá-la mensalmente à Diretoria Administrativa, com os dados dos terceirizados.

XVII - comunicar ao seu superior hierárquico as ocorrências cujas medidas delas decorrentes desbordem de sua esfera de atribuições.

SEÇÃO IV – Da Equipe de Apoio

Art. 12. A equipe de apoio poderá ser designada pela autoridade máxima do órgão, para auxiliar o agente de contratação na licitação e/ou contratação direta, formada por, no mínimo, 3 (três) membros, dentre servidores efetivos ou ocupantes de cargos em comissão da Câmara ou cedidos de outros órgãos ou entidades.

Art. 13. A equipe de apoio será designada pela autoridade competente para auxiliar o Agente de Contratação na licitação e/ou contratação direta.

§ 1º A Equipe de Apoio será coordenada pelo Coordenador de Licitações, cujas atribuições se concentram na coordenação da tramitação dos processos licitatórios e dos contratos administrativos, no controle do fluxo e na gestão dos sistemas de dados, conforme previsto na Lei Promulgada nº 2.425/2023.

§ 2º O Coordenador de Licitações e os demais membros da Equipe de Apoio prestarão assistência ao Agente de Contratação, sendo vedada a participação em atos de julgamento ou decisão que sejam de competência exclusiva do Agente de Contratação ou da Comissão de Contratação.

§ 3º A Equipe de Apoio será formada por, no mínimo, 3 (três) membros, dentre servidores efetivos ou ocupantes de cargos em comissão da Câmara ou cedidos de outros órgãos ou entidades.

SEÇÃO V – Do Controle Interno e da Assessoria Jurídica

Art. 14. As unidades de assessoramento jurídico e de controle interno desempenham um papel essencial no sistema de defesa ao qual as contratações públicas estão sujeitas, sendo incumbidas da adoção de práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo.

§ 1º Tais medidas visam assegurar a legalidade, a eficiência e a economicidade dos processos de contratação, fomentando a transparência e a responsabilidade na utilização de recursos públicos, em consonância com os princípios que regem a administração pública.

§ 2º Tais órgãos terão acesso irrestrito aos documentos e informações necessários para a realização de suas atividades, inclusive aos documentos classificados conforme a legislação aplicável.

§ 3º Faculta-se a estes órgãos sugerirem medidas de aperfeiçoamento dos controles preventivos.

§ 4º Os órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno podem contribuir para o desenvolvimento de modelos padronizados de editais, termos de referência e contratos, alinhados com a legislação vigente, visando a eficiência e a padronização dos processos de licitação.

§ 5º É estabelecido que, ao final da fase preparatória, deve ocorrer a revisão, pelo Departamento Jurídico, quanto aos aspectos de conformidade quanto aos critérios legais, com a devida avaliação da instrução do processo e a emissão das eventuais recomendações.

TÍTULO III

DO PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES

CAPÍTULO I – Instrumentos de Planejamento

Art. 15. O Planejamento das contratações observará os seguintes instrumentos:

I - Plano de Contratações Anual (PCA);

II - Estudos Técnicos Preliminares (ETP);

III - Termo de Referência ou Projeto Básico;

IV – Gerenciamento de riscos.

SEÇÃO I – Do Plano de Contratações Anual

Art. 16. As contratações para o período de um exercício deverão constar no plano de contratações anual, ressalvados os casos excepcionais devidamente justificados.

Parágrafo único. Desde que justificadas, as alterações no plano de contratações anual poderão ser propostas pela Diretoria Administrativa e deliberada pela Presidência.

Art. 17. Anualmente, o plano de contratações anual deverá ser elaborado pelo Coordenador de Licitações, com a participação de todos os Departamentos da Câmara, no exercício anterior ao ano de sua execução, em consonância com a Proposta Orçamentária e o Planejamento Estratégico.

Art. 18. O PCA deverá ser consolidado até 20 de dezembro de cada ano, com publicação obrigatória no sítio eletrônico da Câmara Municipal de Pontal do Paraná e no PNCP até o dia 31 de janeiro do ano seguinte.

Art. 19. Ficam dispensadas de registro no plano de contratações anual:

I – As hipóteses previstas nos incisos VI, VII e VIII do caput do artigo 75 da Lei Federal N°. 14.133 de 1º de abril de 2021;

II –As pequenas compras e a prestação de serviços de pronto pagamento, de que trata o § 2° do artigo 95 da Lei Federal N° 14.133, de 1º de abril de 2021;

III – As contratações referentes a serviços de manutenção de veículos automotores, incluindo o fornecimento de peças, de que trata o § 7° do artigo 75 da Lei N°. 14.133, de 1º de abril de 2021.

SEÇÃO II – Da Padronização das Compras

Art. 20. A Administração deverá adotar, sempre que possível, instrumentos de padronização das compras e contratações, com o objetivo de:

I – Promover a racionalização e a uniformização de especificações técnicas de bens, serviços e obras de uso rotineiro;

II – Reduzir custos administrativos e operacionais, por meio da aquisição de itens com características padronizadas;

III – Assegurar a compatibilidade e interoperabilidade entre bens e serviços utilizados no âmbito do órgão;

IV – Evitar a fragmentação indevida de despesas e promover a economia de escala;

V – Facilitar a elaboração de estudos técnicos preliminares, termos de referência, editais e minutas padronizadas.

Art. 21. A padronização será formalizada mediante ato normativo da autoridade competente, que deverá conter:

I – A descrição clara e precisa do objeto padronizado;

II – As justificativas técnicas e administrativas da padronização adotada;

III – A indicação das unidades administrativas responsáveis pela elaboração, atualização e controle da padronização;

IV – A obrigatoriedade de utilização da padronização vigente pelos setores requisitantes, salvo justificativa técnica que a desautorize.

Art. 22. Poderão ser adotados como instrumentos de padronização, entre outros:

I – Catálogos eletrônicos de bens e serviços;

II – Cadastros de bens padronizados;

III – Modelos de edital, termo de referência, projetos básicos e contratos previamente aprovados;

IV – Sistema de registro de preços com itens padronizados;

V – Manuais de especificações técnicas e orientações operacionais.

Parágrafo único. A atualização dos instrumentos de padronização será realizada sempre que houver necessidade técnica, evolução tecnológica, mudança normativa ou identificação de vantagens econômicas mais relevantes à Administração.

SEÇÃO III – Dos Bens de Consumo e de Luxo

Art. 23. Para fins deste regulamento, os bens adquiridos pela Administração classificam-se como:

I – Bens de consumo: aqueles que, em razão de seu uso corrente, perdem sua identidade física e/ou têm sua utilização limitada a um período curto, sendo consumidos ou inutilizados com o uso.

II – Bens de luxo ou de elevado valor agregado: aqueles que, por sua natureza, marca, acabamento, sofisticação, exclusividade ou características não essenciais à execução das atividades administrativas, representem custo elevado ou ostentação incompatível com os princípios da administração pública.

Art. 24. É vedada a aquisição de bens de luxo ou de elevado valor agregado que não tenham justificativa técnica plenamente fundamentada e aprovada pela autoridade competente.

Parágrafo único. Consideram-se não justificadas as aquisições que visem apenas ao conforto, sofisticação ou imagem, sem que haja relação direta com o interesse público, com a economicidade e com a eficiência do serviço prestado.

Art. 25. As unidades requisitantes deverão observar, na formulação das demandas:

I – A necessidade e adequação do bem ao uso pretendido;

II – A compatibilidade com o desempenho esperado da atividade pública;

III – A existência de itens mais econômicos que atendam aos requisitos funcionais e operacionais;

IV – A vedação à requisição de marcas específicas, salvo nas hipóteses legalmente admitidas e devidamente justificadas.

Art. 26. A administração poderá, por ato normativo ou portaria interna, manter listas de bens de consumo padronizados e de itens de aquisição restrita ou vedada, de acordo com diretrizes de economicidade, sustentabilidade e interesse público.

SEÇÃO IV – Do Gerenciamento de Riscos

Art. 27. Compete ao órgão ou entidade, no âmbito das contratações públicas da Câmara Municipal, promover a gestão de riscos e o controle preventivo, observando os seguintes objetivos e atribuições:

I – estabelecer diretrizes formais para a gestão de riscos, considerando os níveis aceitáveis de risco em processos de contratação, conforme a natureza e a complexidade do objeto;

II – implementar, quando cabível, ações de controle preventivo e análise de riscos, de acordo com as diretrizes estabelecidas, visando à mitigação de falhas e à promoção da eficiência nas contratações;

III – assegurar o acesso tempestivo às informações sobre riscos aos responsáveis pelas decisões administrativas, inclusive para fins de avaliação de delegações de competência, quando aplicável.

§ 1º A gestão de riscos e os controles preventivos deverão observar os princípios da proporcionalidade, economicidade e racionalização administrativa, devendo ser compatíveis com os riscos efetivamente envolvidos e com a complexidade da contratação.

SEÇÃO V – Das Contratações Sustentáveis

Art. 28. Nas contratações realizadas pelo Poder Legislativo Municipal, deverão ser observados critérios de sustentabilidade que considerem os aspectos ambientais, sociais e econômicos, visando à promoção do desenvolvimento sustentável.

§ 1º. Os editais, termos de referência e contratos devem conter exigências claras e específicas para atendimento aos critérios de sustentabilidade, incluindo, mas não se limitando a:

I - utilização preferencial de materiais recicláveis ou reutilizáveis e redução do consumo de recursos naturais;

II - adoção de práticas que minimizem a geração de resíduos e o impacto ambiental;

III - promoção da inclusão social, priorizando fornecedores que adotem práticas justas de trabalho e inclusão de minorias;

IV - avaliação do ciclo de vida do produto ou serviço contratado, considerando a durabilidade, eficiência e impactos ao longo do tempo;

V - incentivo à inovação sustentável e à economia circular.

§ 2º. A Comissão de Licitação deverá avaliar o cumprimento dos critérios de sustentabilidade na análise das propostas, podendo estabelecer peso específico para esses critérios no julgamento.

§ 3º. O acompanhamento da execução contratual deverá verificar o cumprimento das exigências de sustentabilidade, aplicando penalidades previstas no contrato em caso de descumprimento.

TÍTULO IV

DA FASE PREPARATÓRIA DA CONTRATAÇÃO

CAPÍTULO I – Dos Instrumentos

Seção I – Do Documento de Formalização da Demanda (DFD)

Art. 29. - O Documento de Formalização da Demanda (DFD) será elaborado pela unidade requisitante, constituindo a etapa inicial do planejamento da contratação, e deverá conter, no mínimo:

I – Descrição clara, precisa e objetiva do objeto pretendido;

II – Justificativa da necessidade da contratação, demonstrando a relação com os objetivos estratégicos e as demandas institucionais da Administração;

III – Indicação da data estimada para o atendimento da demanda;

IV – Nomeação de servidor(es) responsáveis pela composição da equipe de planejamento da contratação, quando aplicável;

V – Outras informações relevantes, conforme a natureza, a complexidade e as especificidades do objeto a ser contratado.

Parágrafo único. Após a formalização do DFD, o processo de contratação deverá observar as seguintes etapas:

I – Preparação da contratação, com a elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP), análise de riscos, Termo de Referência, Projeto Básico ou Projeto Executivo, conforme o caso;

II – Seleção do fornecedor, por meio do procedimento licitatório adequado ou de contratação direta, nos termos da legislação vigente;

III – Execução contratual, incluindo a designação formal do gestor e, quando necessário, dos fiscais do contrato.

Seção II – Do Estudo Técnico Preliminar

Art. 30. O Estudo Técnico Preliminar – ETP é documento obrigatório na fase preparatória da contratação e deve ser elaborado previamente à elaboração do Termo de Referência ou Projeto Básico.

§ 1º. A obrigatoriedade de elaboração do Estudo Técnico Preliminar aplica-se a todas as contratações e licitações da Câmara Municipal de Pontal do Paraná que envolvam:

I – aquisição de bens permanentes ou de consumo;

II – contratação de serviços contínuos ou não contínuos;

III – execução de obras e serviços de engenharia;

IV – locação de bens móveis ou imóveis;

V – contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC.

§ 2º. O Estudo Técnico Preliminar deverá conter, no mínimo:

I – a identificação da necessidade da contratação e a motivação da demanda;

II – a justificativa da solução escolhida, com análise das alternativas possíveis;

III – a descrição dos resultados pretendidos com a contratação;

IV – a estimativa preliminar do valor da contratação, quando viável;

V – os riscos associados à contratação, quando identificáveis desde esta etapa;

VI – a demonstração da compatibilidade da contratação com o Plano de Contratações Anual e com a dotação orçamentária disponível.

§ 3º. No caso de contratações de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, o Estudo Técnico Preliminar deverá observar os parâmetros definidos nas Instruções Normativas da Secretaria de Gestão do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – SEGES/MGI, especialmente o modelo previsto na Instrução Normativa nº 1, de 4 de abril de 2019, ou outro normativo que a venha substituir.

§ 4º. O ETP poderá ser dispensado apenas nos casos de contratação direta por dispensa ou inexigibilidade de licitação, desde que tal dispensa seja devidamente motivada e documentada no processo.

Art. 31. A elaboração do Estudo Técnico Preliminar será facultativa nas seguintes situações:

I – contratações de obras, serviços, compras e locações habitualmente realizadas pela Administração, com características padronizadas, cujo valor se enquadre nos limites estabelecidos nos incisos I e II do caput do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, independentemente da forma de contratação;

II – hipóteses de dispensa de licitação previstas nos incisos VI, VII e VIII do caput do art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021;

III – pequenas compras e prestações de serviços de pronto pagamento, nos termos do § 2º do art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021;

IV – contratações para manutenção de veículos automotores, incluindo o fornecimento de peças, conforme o § 7º do art. 75 da referida Lei;

V – contratações de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, nos termos dos §§ 2º a 7º do art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021;

VI – alterações contratuais realizadas por meio de termo aditivo ou apostilamento, inclusive prorrogações contratuais relativas a serviços contínuos e acréscimos ou supressões quantitativas;

VII – demais hipóteses de contratação direta, mediante dispensa ou inexigibilidade, nas quais caberá ao administrador público ou autoridade competente delegada a decisão fundamentada sobre a necessidade ou não de elaboração do Estudo Técnico Preliminar, bem como da análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, consideram-se contratações habituais aquelas que se repetem de forma periódica ou frequente, com objeto, especificações e condições de execução semelhantes ou padronizadas no âmbito da Administração.

Seção III – Da Análise de Riscos

Art. 32. A Análise de Riscos é etapa obrigatória da fase preparatória da contratação, destinada a identificar, avaliar e mitigar os riscos inerentes ao objeto, à execução e ao ambiente da contratação pública.

§1º. A Análise de Riscos deverá contemplar, no mínimo:

I – os riscos relacionados à definição do objeto, especificações técnicas e requisitos contratuais;

II – os riscos financeiros e orçamentários, incluindo variações de preços e disponibilidade de recursos;

III – os riscos administrativos e legais, tais como o cumprimento de prazos, exigências normativas e responsabilizações;

IV – os riscos operacionais vinculados à execução, fiscalização e entrega do objeto contratado;

V – os riscos socioambientais, quando aplicáveis, incluindo impacto ambiental e responsabilidade social.

§ 2º. A Análise de Riscos será elaborada com base em informações técnicas, pareceres especializados e histórico de contratações semelhantes, devendo ser atualizada sempre que identificadas mudanças relevantes durante a fase preparatória.

§ 3º. Os resultados da Análise de Riscos deverão subsidiar a elaboração do Estudo Técnico Preliminar, o Termo de Referência ou Projeto Básico, e as demais etapas da contratação, com a definição de estratégias de mitigação e contingência.

Art. 33. A Análise de Riscos deverá ser registrada formalmente no processo administrativo, acompanhada das recomendações para sua gestão ao longo da contratação.

§ 2º Poderá ser dispensada a análise de riscos, mediante justificativa fundamentada, nas seguintes hipóteses:

I – contratações de baixo valor, nos termos dos incisos I e II do caput do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

II – contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa de licitação, quando o objeto for simples, padronizado e de reduzida complexidade;

III – contratações de natureza habitual e recorrente, com especificações padronizadas e histórico consolidado de execução satisfatória;

IV – prorrogações e alterações contratuais por termo aditivo ou apostilamento, desde que não impliquem mudanças relevantes no objeto ou na gestão contratual.

Art. 34. A não realização ou insuficiência da Análise de Riscos poderá implicar em responsabilização dos agentes envolvidos, nos termos da legislação vigente.

Seção IV – Do Termo de Referência / Projeto Básico

Art. 35. O Termo de Referência deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

I – Definição detalhada do objeto, incluindo sua natureza, quantitativos, prazo contratual e, se aplicável, possibilidade de prorrogação;

II – Fundamentação da contratação, referenciando o Estudo Técnico Preliminar correspondente ou, quando este for sigiloso, o extrato das partes públicas;

III – Descrição completa da solução, abrangendo todo o ciclo de vida do objeto;

IV – Requisitos técnicos e funcionais da contratação;

V – Modelo de execução do objeto, indicando como o contrato deverá gerar os resultados esperados do início ao término;

VI – Modelo de gestão contratual, com descrição do acompanhamento e fiscalização da execução;

VII – Critérios para medição e pagamento;

VIII – Forma e critérios de seleção do fornecedor;

IX – Estimativas de valor, preços unitários referenciais, memórias de cálculo e documentos comprobatórios, que deverão constar em documento separado;

X – Adequação orçamentária;

XI – Especificações dos produtos, preferencialmente baseadas em catálogo eletrônico padronizado, considerando qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança;

XII – Local de entrega e regras para recebimento provisório e definitivo, quando aplicável;

XIII – Especificação da garantia exigida e condições de manutenção e assistência técnica, se cabíveis;

XIV – Avaliação da necessidade de cláusula de logística reversa;

XV – Condições, formas, prazos e critérios para pagamento e reajuste, quando aplicável.

Art. 36. O Projeto Básico deverá conter as seguintes informações essenciais:

I – Levantamentos topográficos, cadastrais, sondagens, ensaios laboratoriais, estudos socioambientais e demais dados necessários à execução;

II – Soluções técnicas globais e específicas, detalhadas para evitar alterações que impactem qualidade, preço ou prazo;

III – Identificação dos serviços a executar, materiais e equipamentos a incorporar, com especificações técnicas para garantir resultados e segurança, sem prejudicar a competitividade;

IV – Informações para definição de métodos construtivos, instalações provisórias e organização da obra, preservando a competitividade;

V – Subsídios para montagem do plano de licitação e gestão, incluindo programação, estratégia de suprimentos, normas de fiscalização e demais dados;

VI – Orçamento detalhado do custo global, fundamentado em quantitativos avaliados, obrigatório para os regimes de execução previstos nos incisos I, II, III, IV e VII do art. 46 da Lei nº 14.133/2021.

§1º Poderão ser dispensados, mediante justificativa técnica, os conteúdos previstos nos incisos I, IV e V deste artigo.

SEÇÃO V – Da Pesquisa de Preços

Subseção I – Pesquisa de Preço para Bens e Serviços em Geral

Art. 37. No âmbito do Poder Legislativo Municipal, o procedimento administrativo para pesquisa de preços na aquisição de bens e contratação de serviços em geral, exceto serviços de engenharia, observará os parâmetros e critérios previstos no §1º do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, aplicando-se subsidiariamente as

disposições da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, e suas alterações.

Art. 38. Para definição do preço estimado, será adotado cálculo com base em um conjunto mínimo de três preços obtidos a partir dos parâmetros legais, desconsiderando-se valores inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados.

§1º A partir dos valores coletados, o preço estimado poderá corresponder à média, mediana, menor valor ou outro critério devidamente justificado pelo gestor e aprovado pela autoridade competente.

§2º Os preços obtidos devem ser analisados criticamente, especialmente em caso de grande variação entre os valores.

§3º A exclusão de preços inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados deverá ser motivada nos autos do processo.

§4º Excepcionalmente, poderá ser admitida pesquisa com menos de três preços, desde que justificada adequadamente.

Art. 39. Na pesquisa para contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, observar-se-á, no que couber, a Instrução Normativa nº 5/2017 da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia.

Subseção II – Pesquisa de Preço para Obras e Serviços de Engenharia

Art. 40. No que se refere à elaboração do orçamento para contratações de obras e serviços de engenharia, o Poder Legislativo Municipal deverá observar as disposições dos §§ 2º, 3º, 5º e 6º do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo único. Quando aplicável, ficam autorizadas a adoção e aplicação das normas constantes do Decreto Federal nº 7.983, de 8 de abril de 2013, e suas atualizações, bem como da Portaria Interministerial nº 13.395, de 5 de junho de 2020.

TÍTULO V

DAS MODALIDADES E FORMAS DE CONTRATAÇÃO

CAPÍTULO I – Das Modalidades

Art. 41. As contratações públicas no âmbito da Câmara Municipal observarão as modalidades de licitação e procedimentos previstos na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, conforme o objeto a ser contratado, a complexidade da demanda e os valores estimados.

SEÇÃO I – Das Modalidades de Licitação

Art. 42. As modalidades de licitação admitidas são:

I – Concorrência;

II – Concurso;

III – Leilão;

IV – Pregão;

V – Diálogo competitivo.

§1º O Pregão será adotado preferencialmente para aquisição de bens e serviços comuns, inclusive os comuns de engenharia, conforme definição constante do art. 6º, inciso XXI, da Lei nº 14.133/2021.

§2º O Diálogo competitivo será utilizado em contratações complexas, nos termos do art. 32 da Lei nº 14.133/2021, sendo admitido mediante justificativa técnica e jurídica.

§3º O Concurso será utilizado para seleção de trabalho técnico, científico ou artístico, com prêmios ou remuneração, observado o art. 31 da Lei.

§4º O Leilão destina-se à alienação de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos e de imóveis, observadas as regras específicas.

SEÇÃO II – Dos Critérios de Julgamento

Art. 43. Os critérios de julgamento das propostas serão escolhidos conforme a natureza da contratação e poderão ser:

I – Menor preço;

II – Maior desconto;

III – Melhor técnica ou conteúdo artístico;

IV – Técnica e preço;

V – Maior retorno econômico.

Parágrafo único. A escolha do critério será devidamente motivada no processo de contratação.

SEÇÃO III – Da Escolha da Modalidade

Art. 44. A modalidade de licitação será escolhida em razão das peculiaridades do objeto e das regras previstas na Lei nº 14.133/2021, sendo vedada a utilização de critérios meramente quantitativos (por valor estimado) para definição da modalidade.

SEÇÃO IV – Da Inversão de Fases

Art. 45. Nas licitações realizadas sob a modalidade pregão e, preferencialmente, nas demais modalidades, adotar-se-á o procedimento de inversão de fases, com a realização do julgamento das propostas antes da habilitação, conforme o art. 17 da Lei nº 14.133/2021.

SEÇÃO V – Da Dispensa e Inexigibilidade

Art. 46. A contratação direta, admitida nos casos de dispensa e inexigibilidade de licitação, nos termos dos arts. 74 a 76 da Lei nº 14.133/2021, deverá ser formalizada em processo devidamente instruído com as peças obrigatórias previstas no art. 72 da referida Lei, observando-se, no mínimo, os seguintes requisitos:

I – Documento de formalização da demanda;

II – Estudo Técnico Preliminar (ETP) e Termo de Referência ou Projeto Básico, ou, quando for o caso, justificativa da contratação direta;

III – Justificativa da contratação, com demonstração do interesse público envolvido;

IV – Comprovação da hipótese legal aplicada;

V – Justificativa da escolha do contratado e da estimativa de preços;

VI – Análise de riscos, quando cabível, ou justificativa para sua não elaboração;

VII – Análise da vantajosidade econômica da contratação;

VIII – Parecer jurídico prévio, claro e conclusivo quanto à legalidade da contratação;

IX – Aprovação da autoridade competente;

X – Publicação do extrato da contratação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

XI – Observância da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018).

SEÇÃO VI – Dos Procedimentos Auxiliares

Art. 47. Poderão ser utilizados os seguintes procedimentos auxiliares previstos na Lei nº 14.133/2021:

I – Credenciamento (art. 79);

II – Pré-qualificação permanente ou específica (art. 78);

III – Sistema de Registro de Preços – SRP (arts. 82 a 86);

IV – Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI (arts. 80 e 81).

§1º A regulamentação interna deverá prever os critérios e trâmites específicos para aplicação de cada procedimento auxiliar.

SEÇÃO VII – Da Publicidade dos Atos

Art. 48. Todos os atos relacionados às modalidades e procedimentos de contratação deverão ser publicados no PNCP, no portal da transparência do órgão e, quando exigido, em meio oficial de imprensa.

TÍTULO VI

DA CONTRATAÇÃO DIRETA

Art. 49. O processo de contratação direta, que abrange as hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação, será formalizado com base nos arts. 72 a 76 da Lei Federal nº 14.133/2021, observando-se ainda as disposições desta Resolução.

Art. 50. A contratação direta deverá ser instruída com, no mínimo:

I – Documento de formalização da demanda, com a descrição da necessidade da contratação e, quando aplicável, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II – Estimativa de despesa, nos moldes do art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021;

III – Parecer jurídico e pareceres técnicos, se exigidos, que atestem a legalidade e a compatibilidade da contratação com os requisitos legais;

IV – Demonstração da viabilidade orçamentária e financeira, com comprovação de dotação orçamentária e reserva de recursos, salvo nos casos de Sistema de Registro de Preços (§6º do art. 82 da Lei nº 14.133/2021);

V – Justificativa da escolha do contratado e da compatibilidade do preço com os praticados no mercado;

VI – Comprovação de que o contratado atende aos requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VII – Declaração da unidade requisitante sobre a não ocorrência de fracionamento indevido;

VIII – Autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. A demonstração de viabilidade orçamentária e financeira será obrigatória na fase de formalização contratual.

CAPÍTULO I – Da Dispensa

Art. 51. A contratação direta com fundamento na dispensa de licitação será admitida nas hipóteses previstas no art. 75 da Lei nº 14.133/2021, observados os valores atualizados anualmente por Decreto Federal, e ainda:

§1º Os limites dos incisos I e II do art. 75 deverão considerar:

I – O somatório das contratações no exercício financeiro por unidade gestora;

II – O total das despesas com objetos de mesma natureza, identificados pelo mesmo ramo de atividade.

§2º Considera-se ramo de atividade a linha de fornecimento ou serviço conforme o CATMAT, CATSER ou CNAE, conforme o caso.

§3º Não se aplica o §1º do art. 75 às contratações de até R$ 8.000,00 relativas à manutenção de veículos oficiais, incluído o fornecimento de peças (§7º do art. 75 da Lei nº 14.133/2021).

Art. 52. Sempre que justificado pelo interesse público e tecnicamente viável, a dispensa de licitação será realizada preferencialmente por meio eletrônico, com divulgação prévia de aviso de contratação direta no Portal da Transparência e no sítio oficial do Poder Legislativo Municipal, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, devendo constar o respectivo Termo de Referência ou Projeto Básico, com vistas à obtenção de propostas adicionais.

§ 1º Independentemente da forma de tramitação, a pesquisa de preços será obrigatoriamente realizada conforme a Seção V desta Resolução, instruída com no mínimo três orçamentos distintos e com justificativa da escolha da proposta mais vantajosa, conforme critérios previamente definidos.

§ 2º Dispensa com valor inferior ao limite previsto no §2º do art. 95 da Lei nº 14.133/2021 poderá ser realizada sem publicação prévia para recebimento de propostas adicionais, desde que instruída com os três orçamentos e a devida justificativa de escolha da proposta mais vantajosa.

§ 3º Dispensa com valor igual ou superior ao limite previsto no §2º do art. 95 da Lei nº 14.133/2021 deverá, obrigatoriamente, ser precedida de publicação prévia de aviso de contratação direta, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, para permitir a manifestação de eventuais interessados.

§ 4º Caso não seja obtida a quantidade mínima de 3 (três) propostas válidas, a contratação poderá ser efetivada com base nas propostas existentes, desde que haja:

I – Justificativa técnica sobre a vantajosidade da proposta apresentada, com base na pesquisa de preços realizada;

II – Ratificação da autoridade competente.

Art. 53. O disposto no art. 51 também se aplica às contratações emergenciais (inciso VIII do art. 75), podendo o prazo de divulgação do aviso ser reduzido para 1 (um) dia útil.

CAPÍTULO II – Da Inexigibilidade

Art. 54. É inexigível a licitação quando for inviável a competição, nos termos do art. 74 da Lei nº 14.133/2021, mediante devida justificativa técnica e jurídica.

§1º Para exclusividade (inciso I), admitir-se-á atestado, contrato ou declaração idônea emitida por fabricante ou distribuidor, vedada preferência por marca.

§2º Para contratação de profissional do setor artístico (inciso II), a exclusividade deve ser permanente e não restrita a evento específico.

§3º Para serviços técnicos especializados (inciso III), é indispensável:

I – Especialidade e notória especialização, caracterizada por reputação, publicações, experiência, equipe técnica etc.;

II – Vedação à subcontratação de terceiros alheios à justificativa da inexigibilidade.

§4º Para locação de imóvel (inciso V), será exigido:

I – Estudo técnico preliminar comparativo entre locação e aquisição;

II – Justificativa da singularidade do imóvel e sua adequação às necessidades da Administração;

III – Inexistência de imóveis públicos disponíveis;

IV – Laudo de avaliação do imóvel, custos de adaptação e análise de amortização;

V – Documentos de habilitação do contratado e comprovação da titularidade.

§5º Havendo padronização, a inexigibilidade deverá estar precedida de processo regular nos termos do art. 43 da Lei nº 14.133/2021.

§6º O Estudo Técnico Preliminar deve demonstrar a necessidade da contratação e a inexistência de alternativas equivalentes no mercado.

TÍTULO VII

DOS PROCEDIMENTOS AUXILIARES À CONTRATAÇÃO

Art. 55. Os procedimentos auxiliares previstos na Lei Federal nº 14.133, de 2021, serão aplicados no âmbito do Poder Legislativo Municipal, nos termos desta regulamentação, com vistas a assegurar a eficiência, a economicidade, a seleção da proposta mais vantajosa e o atendimento ao interesse público.

SEÇÃO I – Do Credenciamento

Art. 56. O credenciamento poderá ser utilizado nas contratações em que for inviável a competição, para a prestação de serviços ou fornecimento de bens por múltiplos interessados que atendam aos requisitos previamente estabelecidos pela Administração.

§ 1º O edital de credenciamento deverá conter:

I – a descrição clara e objetiva do objeto e das condições para sua execução;

II – os critérios técnicos e jurídicos mínimos para habilitação dos interessados;

III – os critérios e valores de remuneração, quando cabível;

IV – o prazo de vigência do credenciamento;

V – as condições para a manutenção do credenciamento e sua eventual revogação.

§ 2º Os interessados que atenderem integralmente às exigências do edital serão credenciados, não havendo julgamento de propostas por critérios competitivos.

§ 3º É vedada a limitação do número de credenciados, salvo justificativa técnica ou legal devidamente fundamentada.

SEÇÃO II – Da Pré-qualificação

Art. 57. A pré-qualificação poderá ser adotada com o objetivo de selecionar previamente bens, serviços ou fornecedores que atendam aos requisitos técnicos, econômicos ou jurídicos exigidos pela Administração, com validade não superior a 1 (um) ano.

§ 1º A pré-qualificação será realizada mediante procedimento público, com publicação de edital contendo:

I – a especificação do objeto ou das condições de habilitação;

II – os documentos exigidos;

III – os critérios de avaliação;

IV – o prazo de validade da pré-qualificação e as condições para sua atualização.

§ 2º A relação dos pré-qualificados será publicada no sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal.

§ 3º A Administração poderá exigir a atualização dos documentos e informações sempre que necessário à manutenção da qualificação.

SEÇÃO III – Do Procedimento de Manifestação de Interesse

Art. 58. A Câmara Municipal poderá admitir a participação de pessoas físicas ou jurídicas na elaboração de estudos, levantamentos, investigações ou projetos que subsidiem a contratação de soluções de interesse público, mediante Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI).

§ 1º A instauração do PMI será precedida de ato motivado da autoridade competente, com publicação de edital de chamamento contendo:

I – a descrição do objeto e dos objetivos do estudo ou projeto;

II – os critérios de seleção e aprovação das manifestações de interesse;

III – o prazo para apresentação dos estudos;

IV – as regras de indenização, se for o caso, e eventual aproveitamento dos estudos pela Administração.

§ 2º A apresentação de estudos no âmbito do PMI não gera direito à contratação, assegurado o aproveitamento dos conteúdos pela Administração mediante indenização, nos termos definidos no edital.

§ 3º É vedado que o autor do estudo participe da licitação ou da futura execução contratual se tal participação comprometer a isonomia entre os licitantes ou configurar conflito de interesses.

SEÇÃO IV – Do Sistema de Registro de Preços

Art. 59. O Sistema de Registro de Preços (SRP) poderá ser utilizado para a contratação futura de bens e serviços quando, pela natureza do objeto ou pela demanda, for recomendável a aquisição conforme necessidade, mediante seleção de fornecedor e formalização de Ata de Registro de Preços.

§ 1º O procedimento será instaurado por meio de edital específico, que conterá:

I – a descrição do objeto e das condições de fornecimento;

II – o quantitativo estimado, com indicação de possíveis variações para mais ou para menos;

III – o prazo de vigência da ata, limitado a 12 (doze) meses;

IV – a possibilidade de adesão por outros órgãos ou entidades da Administração Pública, mediante justificativa e comprovação da vantagem econômica.

§ 2º A gestão da ata competirá ao setor responsável pela contratação, que deverá:

I – controlar as aquisições realizadas com base na ata;

II – acompanhar a regularidade fiscal e contratual do fornecedor registrado;

III – garantir que os quantitativos máximos sejam respeitados.

§ 3º É permitida a adesão à ata por órgão ou entidade não participante, desde que:

I – prevista no edital da licitação;

II – comprovada a vantagem na adesão;

III – limitada ao dobro da quantidade registrada na ata para cada item, observado o interesse público e a capacidade operacional do fornecedor.

§ 4º A existência de preços registrados não obriga a Administração à contratação, podendo adquirir o objeto por outro meio, desde que demonstrada justificadamente maior vantajosidade.

§ 5º É autorizada a utilização da Ata de Registro de Preços nas contratações diretas por dispensa de licitação, nas hipóteses do inciso I e II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, desde que observados os princípios da vantajosidade, da razoabilidade e da motivação expressa no processo.

§ 6º A Câmara Municipal poderá aderir, como órgão não participante, a atas de registro de preços gerenciadas por outros entes ou órgãos da Administração Pública, nos termos do art. 86 da Lei nº 14.133/2021, desde que atendidos os requisitos legais de vantajosidade, previsão no edital e autorização do órgão gerenciador.

TÍTULO VIII

DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

CAPÍTULO I – Das Alterações Contratuais

Art. 60. As alterações contratuais deverão ser formalmente solicitadas pelo gestor responsável pela execução do contrato, dentro do prazo de vigência e com antecedência hábil que permita a instrução adequada do processo, de modo a evitar descontinuidade na prestação dos serviços ou fornecimentos.

Parágrafo único. A prorrogação dos contratos de prestação de serviços contínuos deverá ser solicitada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do término da vigência contratual.

Art. 61. A prorrogação de contratos observará os dispositivos legais e contratuais vigentes e será admitida quando atendidos, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I – relatório circunstanciado do gestor e dos fiscais atestando a regular execução do objeto, com histórico das principais ocorrências;

II – justificativa expressa da Administração quanto à conveniência e oportunidade da prorrogação;

III – comprovação da vantajosidade econômica da continuidade contratual;

IV – manifestação formal da contratada demonstrando interesse na prorrogação.

CAPÍTULO II – Da Repactuação e Reajuste

Seção I – Da Repactuação e do Reajuste de Preços

Art. 62. O edital e o contrato deverão prever de forma clara o critério de reajuste, nos termos do inciso LVIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021, com indicação expressa do índice de correção monetária aplicável.

Art. 63. A repactuação será admitida nas contratações de serviços contínuos com dedicação exclusiva ou predominância de mão de obra, desde que prevista no instrumento convocatório e vinculada:

I – à data da proposta, quanto aos custos de mercado;

II – à data do acordo, convenção ou dissídio coletivo, quanto aos custos de mão de obra.

§ 1º A repactuação é direito da contratada para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos do art. 37, XXI, da Constituição Federal.

§ 2º A repactuação poderá ser parcelada conforme a natureza dos custos e suas datas de referência.

§ 3º A existência de mais de uma categoria profissional com datas-base distintas implicará repactuações específicas por categoria.

§ 4º O repasse de custos decorrentes de convenções ou dissídios deverá ser integral, vedada a inclusão de benefícios não previstos na proposta, salvo se tornados obrigatórios por norma coletiva ou legal.

Art. 64. O prazo mínimo de um ano para a primeira repactuação será contado a partir:

I – da data-limite de apresentação da proposta, quanto aos custos de mercado;

II – da data do instrumento coletivo vigente à época da proposta, quanto à mão de obra.

Art. 65. Nas repactuações posteriores, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador da última repactuação.

Art. 66. Não se vinculam à Administração cláusulas de convenções ou acordos que tratem de matérias não trabalhistas ou encargos não previstos em lei, tais como participação nos lucros, encargos previdenciários fictos ou preços de insumos.

Art. 67. A repactuação deverá ser solicitada formalmente pela contratada, instruída com:

I – nova planilha de custos e formação de preços, com demonstração analítica da variação dos custos;

II – documentos que comprovem os reajustes reivindicados (instrumentos coletivos, tabelas oficiais, tarifas públicas, indicadores setoriais, entre outros).

§ 1º A Administração poderá solicitar diligências para verificar a variação de custos.

§ 2º O prazo preferencial para resposta é de 30 (trinta) dias, contado da entrega da documentação completa.

§ 3º O prazo será suspenso se a contratada deixar de apresentar os documentos exigidos.

§ 4º O silêncio da Administração não será interpretado como aceitação tácita.

§ 5º As repactuações serão formalizadas por apostilamento, salvo se coincidirem com a prorrogação contratual, hipótese em que será exigido termo aditivo.

§ 6º As repactuações não requeridas durante a vigência contratual serão preclusas com a assinatura de eventual prorrogação ou encerramento do contrato.

Art. 68. A vigência dos novos valores decorrentes da repactuação observará:

I – como regra, a data do fato gerador;

II – data futura acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem para a próxima repactuação;

III – data retroativa, quando prevista no instrumento coletivo, exclusivamente para recomposição de mão de obra.

Parágrafo único. Os efeitos financeiros da repactuação se restringirão à diferença dos custos efetivamente alterados.

Art. 69. O reajuste contratual em sentido estrito consiste na aplicação do índice de correção monetária previamente definido no contrato, vedada a periodicidade inferior a um ano.

§ 1º O reajuste será aplicável aos contratos com vigência igual ou superior a 12 (doze) meses, desde que não envolvam regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

§ 2º O termo inicial será a data da proposta ou do orçamento correspondente.

§ 3º São nulas cláusulas ou práticas que resultem em efeitos financeiros equivalentes a reajustes com periodicidade inferior à anual.

CAPÍTULO III – Da Duração dos Contratos

Art. 70. A vigência contratual será definida no edital ou instrumento convocatório, alinhada ao Plano Anual de Contratações e à disponibilidade orçamentária, devendo observar também o Plano Plurianual (PPA), quando ultrapassar o exercício financeiro.

Art. 71. O setor administrativo deverá manter sistema de controle e alerta de prazos contratuais, a fim de possibilitar a adoção tempestiva das providências para prorrogação, nova contratação ou encerramento, evitando descontinuidade nos serviços ou fornecimentos.

Art. 72. Os contratos de prestação de serviços contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitado o limite legal de até 10 (dez) anos, desde que:

I – haja previsão no edital e no contrato original;

II – a continuidade seja vantajosa para a Administração;

III – a contratada manifeste interesse na prorrogação;

IV – seja possível a extinção do contrato sem ônus para a Administração, quando conveniente.

Art. 73. Nos contratos com escopo definido e prazo determinado, a prorrogação por atraso na execução só será admitida por motivo justificado e aceito pela autoridade competente, quando o atraso for atribuível à contratada.

CAPÍTULO IV – Do Pagamento dos Contratos

SEÇÃO I – Da Ordem Cronológica

Art. 74. Os pagamentos contratuais deverão observar rigorosamente a ordem cronológica por fonte de recurso, conforme as seguintes classes de contratos:

I – fornecimento de bens;

II – locações;

III – prestação de serviços;

IV – realização de obras.

§ 1º As fontes de recursos são classificadas conforme a origem legal das receitas e a destinação específica estabelecida no orçamento.

§ 2º A inclusão do crédito na ordem cronológica ocorrerá a partir do registro da liquidação da despesa no sistema financeiro.

Art. 75. A liquidação da despesa observará o cumprimento integral do objeto, conforme art. 63 da Lei nº 4.320/1964, e será formalizada com base em documentos que comprovem o direito do credor.

§ 1º Nos contratos com dedicação exclusiva de mão de obra, a existência de débitos trabalhistas, previdenciários ou de FGTS não impede a liquidação, desde que o valor correspondente seja retido para pagamento direto.

§ 2º A Administração poderá condicionar a inclusão na ordem de pagamento à comprovação da quitação das obrigações trabalhistas vencidas.

§ 3º O pagamento será precedido da verificação da regularidade fiscal e trabalhista do contratado.

§ 4º Eventuais irregularidades não geram, por si só, a retenção do pagamento, mas exigem notificação ao contratado para regularização.

§ 5º A continuidade da irregularidade poderá ensejar a rescisão contratual e aplicação de penalidades, garantido o contraditório e a ampla defesa.

§ 6º É permitida a retenção de valores devidos até o limite dos prejuízos causados ou das penalidades aplicadas.

Art. 76. O descumprimento injustificado da ordem cronológica ensejará a apuração de responsabilidade do agente público responsável, sem prejuízo das sanções legais.

SEÇÃO II – Dos Prazos de Liquidação e Pagamento

Art. 77. Os prazos para liquidação e pagamento deverão constar expressamente dos instrumentos contratuais ou documentos equivalentes, conforme art. 92, VI, da Lei nº 14.133/2021.

Art. 78. Os seguintes prazos deverão ser observados:

I – até 10 (dez) dias úteis para a liquidação da despesa, a partir do protocolo da nota fiscal ou documento equivalente;

II – até 10 (dez) dias úteis para o pagamento, a contar do registro da liquidação.

§ 1º Para contratações com valor inferior ao limite do art. 75, II da Lei nº 14.133/2021, os prazos previstos nos incisos I e II serão reduzidos pela metade.

§ 2º Os prazos poderão ser prorrogados, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências.

§ 3º O prazo de liquidação não incluirá o tempo necessário para correção de falhas na execução ou na documentação apresentada pelo contratado.

§ 4º Em caso de força maior ou caso fortuito, os prazos serão suspensos até a regularização da situação, preservando-se a posição do credor na ordem cronológica.

§ 5º Havendo insuficiência de recursos, poderá ser realizado pagamento parcial, com o saldo mantido na mesma posição na ordem de pagamentos.

TÍTULO IX

DAS SANÇÕES E DO PROCESSO SANCIONATÓRIO

SEÇÃO I – Disposições Gerais

Art. 79. O contratado que descumprir as obrigações assumidas em contratos administrativos com o Poder Legislativo Municipal estará sujeito às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, observando-se o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa.

Art. 80. As sanções aplicáveis são:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 3 (três) anos;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

SEÇÃO II – Da Apuração e Aplicação

Art. 81. A apuração de infrações será instaurada por meio de processo administrativo sancionador, mediante ato motivado da autoridade competente.

§ 1º O processo será conduzido por comissão designada pela Presidência da Câmara, composta por, no mínimo, 3 (três) servidores efetivos ou ocupantes de cargo técnico.

§ 2º A comissão processante observará os princípios do contraditório, ampla defesa, legalidade, proporcionalidade e razoabilidade.

Art. 82. O procedimento terá as seguintes etapas mínimas:

I – notificação do contratado para ciência da infração e apresentação de defesa prévia no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

II – instrução, com possibilidade de produção de provas e diligências necessárias;

III – relatório conclusivo da comissão, com recomendação fundamentada quanto à aplicação ou não da sanção;

IV – decisão motivada da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias úteis após o recebimento do relatório.

SEÇÃO III – Das Sanções Específicas

Art. 83. A advertência será aplicada por escrito, nos casos de descumprimento de cláusulas contratuais de menor gravidade, sem prejuízo ao interesse público e desde que não reincidente.

Art. 84. A multa poderá ser:

I – moratória, aplicada pelo atraso injustificado na execução do objeto;

II – compensatória, aplicada pela inexecução parcial ou total do contrato, ou por outras infrações.

§ 1º O valor da multa será calculado conforme o seguinte critério de dosimetria:

I – até 5% do valor do contrato, nos casos de descumprimento parcial ou de menor gravidade;

II – até 10% do valor do contrato, nos casos de descumprimento grave que não configure inexecução total;

III – até 20% do valor do contrato, nos casos de inexecução total, fraude ou prejuízo relevante à Administração.

§ 2º O edital ou contrato poderá fixar os percentuais exatos por tipo de infração, respeitados os limites do § 1º.

§ 3º A multa poderá ser compensada com créditos devidos à contratada ou cobrada judicialmente, se necessário.

Art. 85. O impedimento de licitar e contratar será aplicado nos casos de infração grave, reincidência, ou inexecução parcial do objeto contratual com prejuízo à Administração, por até 3 (três) anos.

Art. 86. A declaração de inidoneidade será aplicada nos casos de fraude à licitação ou execução contratual, prática de atos ilícitos dolosos ou que causem dano relevante à Administração Pública.

SEÇÃO IV – Da Defesa, Recursos e Reabilitação

Art. 87. A contratada poderá apresentar recurso administrativo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da intimação da decisão sancionatória.

§ 1º O recurso terá efeito suspensivo, salvo no caso de multa compensatória, cujo pagamento poderá ser exigido desde já, sem prejuízo da devolução em caso de provimento.

§ 2º A autoridade competente decidirá o recurso em até 10 (dez) dias úteis, podendo delegar tal competência.

Art. 88. A reabilitação da empresa punida com declaração de inidoneidade poderá ser solicitada após 2 (dois) anos do início da sanção, mediante:

I – reparação integral do dano causado, quando houver;

II – demonstração de que não subsistem as razões que motivaram a penalidade;

III – comprovação de capacidade técnica, idoneidade jurídica e regularidade fiscal.

SEÇÃO V – Disposições Finais

Art. 89. A decisão sancionatória e seus efeitos serão registrados em sistema próprio da Câmara Municipal e divulgados no Portal da Transparência e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Art. 90. A aplicação de qualquer sanção administrativa será precedida de fundamentação expressa, inclusive quanto à dosimetria da pena, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e da legislação correlata.

TÍTULO X

DA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS E TERCEIRIZAÇÃO

SEÇÃO I – Das Disposições Gerais

Art. 91. A contratação de serviços contínuos, com ou sem dedicação exclusiva de mão de obra, deverá observar os princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público, sendo obrigatória a gestão e fiscalização efetiva da execução contratual.

§ 1º Considera-se serviço contínuo aquele que, por sua natureza, deve manter-se ininterrupto para garantir o interesse público e o funcionamento regular das atividades da Administração.

§ 2º Os serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra somente poderão ser contratados quando for inviável a execução direta e houver demonstração da vantajosidade da terceirização, vedada a alocação de pessoal para atividades-fim típicas de cargos efetivos.

SEÇÃO II – Da Gestão e Fiscalização

Art. 92. Todo contrato de serviço contínuo deverá ter, obrigatoriamente, gestor e, quando necessário, um ou mais fiscais técnicos e administrativos, designados por ato formal da autoridade competente.

§ 1º O gestor será responsável pelo acompanhamento geral do contrato, inclusive pela adoção de providências relativas à repactuação, aditivos e sanções.

§ 2º O(s) fiscal(is) do contrato deverão:

I – acompanhar a execução diária dos serviços;

II – atestar a conformidade do objeto executado;

III – verificar o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais da contratada;

IV – elaborar relatórios de fiscalização e ocorrências.

§ 3º A atuação dos fiscais deverá ser registrada em sistema próprio ou em documentos físicos arquivados no processo de contratação.

SEÇÃO III – Do Reajuste e Repactuação

Art. 93. Os contratos de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra poderão ser objeto de:

I – repactuação, quando houver variação dos custos efetivos da contratação, em especial em razão de convenções, acordos ou dissídios coletivos;

II – reajuste em sentido estrito, mediante aplicação de índice previamente definido no contrato.

§ 1º A repactuação observará os seguintes requisitos:

I – pedido formal da contratada, instruído com planilha de custos e documentos comprobatórios (como convenção coletiva ou planilhas atualizadas);

II – respeito à anualidade contada da data da proposta ou do último reajuste concedido;

III – análise técnica da variação de custos;

IV – parecer da assessoria jurídica;

V – decisão fundamentada da autoridade competente.

§ 2º A repactuação poderá ser parcial e ocorrer em datas diferentes, conforme a composição de custos (mão de obra e insumos) e datas-bases distintas.

§ 3º O reajuste em sentido estrito observará o índice definido contratualmente e sua periodicidade mínima de 12 meses, nos termos do art. 92, VI, da Lei nº 14.133/2021.

SEÇÃO IV – Do Acompanhamento Trabalhista

Art. 94. Nos contratos com dedicação exclusiva de mão de obra, a contratada deverá apresentar mensalmente os seguintes documentos, sob pena de retenção do pagamento:

I – comprovante de pagamento dos salários e vales (transporte e alimentação);

II – guias de recolhimento de FGTS, INSS e tributos retidos;

III – comprovante de regularidade junto ao FGTS e à Receita Federal;

IV – folha de ponto dos empregados vinculados ao contrato.

§ 1º A fiscalização deverá verificar a compatibilidade entre os documentos apresentados, os empregados efetivamente alocados e os valores contratados.

§ 2º Havendo irregularidade trabalhista *que* possa gerar responsabilidade subsidiária da Administração, o gestor poderá:

I – reter valores contratuais suficientes para quitação da obrigação;

II – notificar a contratada para regularização imediata;

III – recomendar a rescisão contratual em caso de inadimplemento reiterado ou grave.

§ 3º O edital e o contrato poderão prever, como condição para pagamento, a comprovação mensal da regularidade trabalhista.

SEÇÃO V – Disposições Finais

Art. 95. A duração dos contratos de prestação de serviços contínuos observará o disposto no art. 107 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogada até o limite de 10 (dez) anos, desde que mantida a vantajosidade e a adequação da execução contratual.

Art. 96. A Câmara Municipal poderá elaborar manual de fiscalização de contratos com dedicação exclusiva de mão de obra, para uniformização de rotinas e capacitação dos servidores.

Art. 97. Os contratos deverão conter cláusula expressa sobre:

I – responsabilidade da contratada pela gestão de seus empregados;

II – proibição de subordinação direta entre os empregados terceirizados e os servidores públicos;

III – obrigação de substituição imediata de empregados em caso de inaptidão, ausência prolongada ou descumprimento de normas internas.

Art. 98. As disposições deste Capítulo aplicam-se exclusivamente aos contratos firmados a partir da entrada em vigor desta Resolução.

Parágrafo único. Os contratos em vigor na data de publicação desta norma permanecerão regidos pelas condições originalmente pactuadas, inclusive quanto à forma de fiscalização, reajuste, repactuação e demais disposições contratuais, sem prejuízo da adoção subsidiária desta regulamentação, quando não conflitante e mediante decisão fundamentada da autoridade competente.

TÍTULO XI

DA TRANSPARÊNCIA E DIVULGAÇÃO DOS ATOS

Art. 99. A divulgação dos atos relacionados às contratações públicas deverá ser realizada prioritariamente por meio do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), que está em pleno funcionamento e utilização obrigatória pelo Poder Legislativo Municipal.

§ 1º. Os dados e documentos previstos em lei, especialmente aqueles relativos a processos licitatórios, contratos, aditamentos e termos de registro cadastral, devem ser inseridos no PNCP de forma completa e tempestiva.

§ 2º. A divulgação no PNCP deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato, aditamento ou ato equivalente, independentemente de qualquer condição de eficácia do sistema.

§ 3º. O registro cadastral da Câmara Municipal estará integralmente vinculado ao PNCP, sem exceções, garantindo a interoperabilidade e atualização permanente dos dados cadastrais, conforme disposto no art. 87 da Lei nº 14.133/2021.

§ 4º. A divulgação em veículos locais, como o Diário Oficial Municipal ou Portal da Transparência, será mantida apenas como medida complementar e não poderá substituir as obrigações de publicação no PNCP.

§ 5º. O Poder Legislativo Municipal assegurará o acesso amplo às informações divulgadas, observando integralmente as disposições da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD).

TÍTULO XII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 100. Os contratos administrativos celebrados com fundamento na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, permanecerão regidos por esta até seu término, renovação ou rescisão, sem prejuízo da aplicação subsidiária do presente regulamento, no que couber.

Art. 101. As alterações, aditivos ou renovações contratuais dos contratos firmados sob a égide da Lei nº 8.666/1993 deverão observar as disposições da referida norma legal, inclusive quanto aos procedimentos, prazos e exigências.

Art. 102. Este regulamento aplica-se exclusivamente às contratações iniciadas após a sua entrada em vigor, respeitando-se integralmente as condições pactuadas nos contratos em andamento, regidos por normativos anteriores.

Art. 103. Ficam instituídos os seguintes modelos-padrão, como anexos integrantes desta Resolução, os quais deverão ser utilizados e adaptados conforme a natureza da contratação:

I - Anexo I – Modelo de Termo de Referência: Inclui seções como objeto, justificativa da contratação, descrição técnica, estimativa de preços, critérios de julgamento, obrigações das partes e condições de pagamento.

II - Anexo II – Modelo de Matriz de Riscos: Contém tabela com categorias de riscos (operacionais, legais, financeiros etc.), suas probabilidades, impactos e estratégias de mitigação.

III - Anexo III – Modelo de Edital de Licitação (Pregão Eletrônico): Inclui cláusulas obrigatórias conforme a Lei nº 14.133/2021, regras para habilitação, julgamento, impugnações, recursos e condições de execução contratual.

Parágrafo único. Os modelos constantes dos anexos poderão ser atualizados por ato da Presidência, mediante proposta técnica da Assessoria Jurídica ou do setor responsável pelas contratações, com o objetivo de garantir a conformidade com a legislação vigente e as boas práticas administrativas.

Art. 104. Para matérias não regulamentadas especificamente neste instrumento, poderão ser aplicadas, de forma subsidiária, as Instruções Normativas da Secretaria de Gestão do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – SEGES/MGI, desde que compatíveis com as especificidades e a autonomia administrativa do Poder Legislativo Municipal de Pontal do Paraná.

Art. 105. O presente regulamento será revisto periodicamente, com o objetivo de assegurar sua efetividade e atualização frente às necessidades institucionais e operacionais da Câmara Municipal de Pontal do Paraná.

Art. 106. Fica expressamente revogada a Resolução nº 03/2023, bem como demais normas internas que contrariem as disposições deste regulamento.

Art. 107. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Professor Getúlio Serafim da Nascimento, em 08 de dezembro de 2025.

Elinete Guimarães Rocha
Presidente

Cleonice Silva do Nascimento
1ª Secretária

Cirineu Marca
2º Secretário

ANEXO I – MODELO DE TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto:

[Descrever de forma clara e precisa o objeto da contratação, indicando se se trata de bem, serviço comum, serviço especializado, obra, locação, etc.]

2. Justificativa da Contratação:

[Apresentar os motivos da necessidade da contratação, demonstrando a vantagem para a Administração.]

3. Descrição Técnica do Objeto:

[Especificar as características técnicas exigidas, com nível de detalhamento suficiente para orientar a elaboração das propostas.]

4. Quantitativos Estimados:

[Informar as quantidades previstas.]

5. Estimativa de Preços:

[Apresentar o resultado da pesquisa de preços com os respectivos documentos comprobatórios.]

6. Forma de Execução e Prazo:

[Indicar o prazo de entrega ou execução e a forma como se dará a prestação do serviço ou fornecimento.]

7. Critério de Julgamento:

[Ex: menor preço, maior desconto, técnica e preço, etc., conforme o caso.]

8. Obrigações da Contratada:

[Relacionar as obrigações que deverão ser cumpridas pela contratada.]

9. Obrigações da Contratante:

[Relacionar as obrigações da Câmara Municipal.]

10. Condições de Pagamento:

[Informar a forma, prazos e condições de pagamento.]

11. Fiscalização e Gestão Contratual:

[Indicar o responsável pelo acompanhamento da execução contratual.]

12. Penalidades:

[Prever as penalidades aplicáveis em caso de descumprimento contratual.]

ANEXO II – MODELO DE MATRIZ DE RISCOS

Categoria do Risco	Descrição do Risco	Probabilidade (Baixa/Média/ Alta)	Impacto (Baixo/Médio/ Alto)	Estratégia de Mitigação	Parte Responsável pelo Risco
Operacional	Atraso na entrega de produtos	Média	Alto	Penalidades contratuais e cronograma detalhado	Contratada
Financeiro	Reajuste de preços acima do mercado	Baixa	Médio	Cláusula de reajuste com base em índice oficial	Contratada
Jurídico	Inadimplemento por decisão judicial	Baixa	Alto	Cláusula de rescisão e garantias contratuais	Ambas
Técnico	Produto fora das especificações técnicas	Média	Alto	Testes de conformidade e aceite técnico	Contratada

ANEXO III – MODELO DE EDITAL DE LICITAÇÃO (PREGÃO ELETRÔNICO)

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº [•]/[ANO]

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

TIPO: [MENOR PREÇO/MELHOR TÉCNICA E PREÇO ETC.]

REGIME DE EXECUÇÃO: [GLOBAL/POR PREÇO UNITÁRIO ETC.]

A Câmara Municipal de Pontal do Paraná, por meio do(a) Pregoeiro(a) designado(a), torna pública a realização da licitação na modalidade Pregão Eletrônico, regida pela Lei nº 14.133/2021, conforme as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1. Objeto

[Descrever o objeto de forma clara.]

2. Fundamentação Legal

Este certame será regido pela Lei nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 10.024/2019, e demais normas correlatas.

3. Condições de Participação

[Incluir regras sobre quem pode ou não participar.]

4. Envio das Propostas e Disputa de Lances

[Detalhar o funcionamento do sistema eletrônico e o cronograma.]

5. Julgamento das Propostas

[Indicar o critério de julgamento e desclassificação.]

6. Habilitação

[Relacionar os documentos exigidos, inclusive declaração de cumprimento dos requisitos.]

7. Impugnações e Recursos

[Estabelecer prazos e procedimentos.]

8. Condições Contratuais

[Prever as condições essenciais do contrato, como prazos, reajustes, garantias, penalidades, fiscalização.]

9. Disposições Finais

[Outras informações relevantes, inclusive sobre o local e horário da sessão.]

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

Estado do Paraná

ANTEPROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 003/2025

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Processo nº: 1350/2025 Hora:09:30
Data de Protocolo: 12/12/2025
Interessado: Mesa Executiva
Assunto: Anteprojeto de Decreto Legislativo nº 03/2025

A Mesa Executiva, no uso de suas atribuições legais, submete à apreciação do Douto Plenário o seguinte Anteprojeto de Decreto Legislativo:

SÚMULA: Concede a "Comenda Caiçara de Honra ao Mérito", do Município de Pontal do Paraná.

Art. 1º - Fica concedido a Comenda Caiçara de Honra ao Mérito do Município de Pontal do Paraná, aos seguintes cidadãos:

a) – Francisco Miranda das Neves
b) – Victor Kuck
c) – Mirian Ruth Nadolny
d) – Wolnei Moroz
e) – Enio José da Rosa

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 2025.

Elinete Guimarães Rocha
Presidente

Cleonice Silva do Nascimento
1ª Secretária

Cirineu Marca
2º Secretário

Ofício nº 128/2025 GAB-PGM Pontal do Paraná, 28 de novembro de 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Processo nº: 1359/2025 Hora:16:05
Data de Protocolo: 12/12/2025
Interessado: Poder Executivo
Assunto: Mensagem nº 128/2025 - GAB/PGM

Excelentíssima Senhora
ELINETE GUIMARÃES ROCHA
DDª. Presidente da Câmara Municipal de Pontal do Paraná

Assunto: Encaminha Mensagem nº. 128/2025

Excelentíssima Senhora Presidente:

Conforme preceitua o Artigo 67 inciso XIII da Lei Orgânica do Município, vimos através deste, respeitosamente, solicitar que seja apreciada, de forma extraordinária, a **Mensagem n° 128/2025**, acompanhada do Projeto de Lei que **"Altera a Lei Municipal nº 080, de 22 de dezembro de 1997 – Código Tributário Municipal."**

Aproveitamos a oportunidade para externar nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito

Rodovia Pr 407 – km 18 – CEP 83255-000 Fone/FAX (0**41) 3972-7000 EMail : prefeitura@pontaldoparana.pr.gov.br
Balneário de Praia de Leste – Pontal do Paraná - PR

Assinado por 4 pessoas: VERGINIA PEDROSO, RUDISNEY GIMENES FILHO, WILLIAM PEREIRA e HEITOR GONÇALVES KAYAMORI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pontaldoparana.1doc.com.br/verificacao/0A91-5CA0-184A-1210 e informe o código 0A91-5CA0-184A-1210

MENSAGEM N° 128/2025

Excelentíssima Senhora Presidente,

Senhores Vereadores:

Segue à apreciação dessa Colenda Câmara Municipal projeto de lei que **"Altera a Lei Municipal nº 080, de 22 de dezembro de 1997 – Código Tributário Municipal."**

A presente proposição objetiva a alteração em dispositivos do Código Tributário Municipal, adequando a legislação à realidade da nossa cidade.

Diante do exposto, e certos da importância do projeto de lei, solicitamos que seja apreciado e aprovado, pela unanimidade dos membros desta Casa de Leis, diante do elevado interesse público que o reveste e, na oportunidade, reiteramos nossos protestos de admiração e apreço aos dignos componentes dessa Câmara Municipal.

Pontal do Paraná, 28 de novembro de 2025.

RUDISNEY GIMENES FILHO

Prefeito

Assinado por 4 pessoas: VERGINIA PEDROSO, RUDISNEY GIMENES FILHO, WILLIAM PEREIRA e HEITOR GONÇALVES KAYAMORI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pontaldoparana.1doc.com.br/verificacao/0A91-5CA0-184A-1210 e informe o código 0A91-5CA0-184A-1210

PROJETO DE LEI

Súmula: "Altera a Lei Municipal nº 080, de 22 de dezembro de 1997 – Código Tributário Municipal."

Art. 1°- O inciso II, do § 3º, do Art. 155, da Lei nº 80/1997 – Código Tributário do Município, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 155. (...)

§ 1º (...)

§ 2º (...)

§ 3º (...)

II - materiais produzidos pelo próprio prestador fora do local da obra e por ele destacadamente comercializados com incidência do ICMS;

(...)"

Art. 2°- Fica incluído o art. 262 – A, à Lei nº 80/1997 – Código Tributário do Município, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 262-A. Não será concedido alvará de licença para as atividades mencionadas neste Código, em edificações construídas a partir do ano de 2025, sem que o requerente tenha o certificado Habite-se da edificação, emitido pela Municipalidade."

Art. 3°- Os artigos 298 a 301 e 305 da Lei nº 80/1997 – Código Tributário do Município, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 298. A taxa de licença para aprovação e execução de obras de construção civil, instalações e urbanização particular tem como fato gerador a atividade municipal de vigilância, análise, controle e fiscalização do cumprimento da legislação urbanística, edilícia e demais posturas municipais.

Parágrafo Único: Nos casos de retificação, desmembramento e/ou unificação de lote, em que haja criação de novos cadastros imobiliários, a

Rodovia Pr 407 – km 18 – CEP 83255-000 Fone/FAX (0**41) 3972-7000 EMail : prefeitura@pontaldoparana.pr.gov.br
Balneário de Praia de Leste – Pontal do Paraná - PR

Assinado por 4 pessoas: VERGINIA PEDROSO, RUDISNEY GIMENES FILHO, WILLIAM PEREIRA e HEITOR GONÇALVES KAYAMORI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pontaldoparana.1doc.com.br/verificacao/0A91-5CA0-184A-1210 e informe o código 0A91-5CA0-184A-1210

aprovação ficará condicionada à ausência de débito nos cadastros imobiliários de origem.

Art. 299. A taxa de licença para a aprovação e execução de obras de construção civil, instalações e urbanização particular será calculada conforme os valores constantes no Anexo XV desta Lei.

Parágrafo único. Nos casos previstos nesta Lei, a Taxa de Urbanismo será calculada conforme os valores constantes no Anexo XVI.

Art. 300. A taxa de licença será lançada em nome do contribuinte de uma só vez, podendo o valor ser recolhido em parcela única ou mediante pagamento parcelado, conforme regulamentação própria do Poder Executivo.
Parágrafo único. Deferido o pedido e não iniciada a obra no prazo de seis meses a licença deve ser renovada, sem prejuízo da renovação anual.

Art. 301. A taxa deverá ser recolhida no ato da expedição da licença, em parcela única ou mediante pagamento da primeira parcela do plano de parcelamento autorizado, observadas as condições estabelecidas em regulamento próprio, não podendo exceder o prazo da validade do alvará, com parcela minima igual ou superior ao correspondente a 10 (dez) UFM´s.
Parágrafo Único. O Certificado de Vistoria e Conclusão de Obra e o Habite-se somente poderãos ser expedidos, após o recolhimento de todos os tributos incidents sobre a execução da obra.
(...)

Art. 305. O contribuinte que iniciar qualquer obra sem a sua devida inscrição no Cadastro de Obras fica sujeito às seguintes penalidades:
I - interdição da obra;

Assinado por 4 pessoas: VERGINIA PEDROSO, RUDISNEY GIMENES FILHO, WILLIAM PEREIRA e HEITOR GONÇALVES KAYAMORI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pontaldoparana.1doc.com.br/verificacao/0A91-5CA0-184A-1210 e informe o código 0A91-5CA0-184A-1210

II - multa pela área construída sem inscrição, fixada conforme a metragem irregular e a classificação da gravidade da infração, nos termos do art. 374 e das faixas previstas no Anexo XVII do Código Tributário Municipal;

III - no caso de reincidência a multa será fixada em dobro.

IV - para emissão de "habite-se" para construção concluída, cujo o alvará esteja com prazo de validade vencido, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do alvará, por ano de atraso, de acordo com a tabela do anexo VII desta Lei.

Art. 4°- Ficam revogados os Anexos VII e VIII da Lei nº 80/1997 – Código Tributário do Município, passam a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO XV - TAXAS DE LICENÇA PARA APROVAÇÃO E EXECUÇÃO DE OBRAS, INSTALAÇÕES E URBANIZAÇÃO PARTICULAR

Código	Descrição	Valor em UFM
01.00.00	**Aprovação de projetos e emissão de licença para construção ou instalação particular:**	
01.01.00	Habitação Residencial:	
01.01.01	Unifamiliar e multifamiliar horizontal	0,04 p/ m2
01.01.02	Condominio vertical	0,06 p/ m2
01.02.00	Comercial e de serviços - Vicinal, De bairro, Setoriais, Gerais e Específicas;	0,07 p/ m2
01.03.00	Industrial;	0,08 p/ m2
01.04.00	Habitação Transitória;	0,05 p/ m2
01.05.00	Edificação Institucional ou Comunitária - Lazer e cultura, Ensino, Saúde e Religioso;	0,03 p/ m2
01.06.00	Agroindustrial, Agropecuária, Extrativista, Turística ou de Conservação ambiental	0,03 p/ m2
01.07.00	Piscina	0,10 p/ m2
01.08.00	Reforma de edificação existente (*)	2,50
01.09.00	Demolição de edificação existente	2,50
01.10.00	Regularização de edificação existente (**)	Acréscimo de 25% aos valores deste anexo

Rodovia Pr 407 – km 18 – CEP 83255-000 Fone/FAX (0**41) 3972-7000 EMail : prefeitura@pontaldoparana.pr.gov.br
Balneário de Praia de Leste – Pontal do Paraná - PR

Assinado por 4 pessoas: VERGINIA PEDROSO, RUDISNEY GIMENES FILHO, WILLIAM PEREIRA e HEITOR GONÇALVES KAYAMORI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pontaldoparana.1doc.com.br/verificacao/0A91-5CA0-184A-1210 e informe o código 0A91-5CA0-184A-1210

02.00.00	**Aprovação de projetos e emissão de licença para execução ou instalação de infraestrutura urbana particular:**	
02.01.00	Transporte terrestre, aéreo ou aquaviário:	10,00 p/ unidade
02.01.01	Estruturas de apoio	
02.02.00	Geração, transmissão e distribuição de energia elétrica:	30,00 p/ unidade
02.02.01	Torres ou similares	
02.03.00	Estação transmissora de radiocomunicação	10,00 p/ unidade
02.04.00	Saneamento básico:	
02.04.01	Escavação, vala ou instalação de tubulação subterrânea em vias públicas	0,02 p/ m linear
03.00.00	**Aprovação de projetos e emissão de licença para urbanização particular:**	
03.01.00	Loteamentos e Condomínio de lotes	0,50 p/ lote
03.02.00	Concessão de licença para execução de urbanização particular isolada e que não se enquadre nos demais itens deste anexo, excetuadas as áreas destinadas a espaços verdes e edificações públicas, incluindo, a título exemplificativo, obras tais como vias internas privadas, pátios pavimentados, áreas de circulação e estacionamento, drenagem superficial, guias e sarjetas, calçadas internas, iluminação interna de uso privado e demais intervenções de similares. (***)	0,05 p/ m2
03.03.00	Pavimentação pelo Plano Comunitário	Isento
03.04.00	Desmembramento e/ou remembramento	2,00 p/ lote
03.05.00	Retificação de matrícula	2,00 p/ lote
04.00.00	**Prorrogação ou Substituição de licença de execução**	10% dos valores deste anexo, com atualizações

Assinado por 4 pessoas: VERGINIA PEDROSO, RUDISNEY GIMENES FILHO, WILLIAM PEREIRA e HEITOR GONÇALVES KAYAMORI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pontaldoparana.1doc.com.br/verificacao/0A91-5CA0-184A-1210 e informe o código 0A91-5CA0-184A-1210

NOTA: nos casos de uso misto, a taxa será calculada individualmente para cada categoria de uso identificada no projeto, somando-se os valores correspondentes.

(*) nos casos de reforma e ampliação, a área de acréscimo será calculada conforme os demais itens de construção deste anexo.

(**) acréscimo calculado em razão da análise diferenciada e verificação documental retroativa.

(***) excetua-se desta cobrança execuções vinculadas a edificações residenciais unifamiliares autônomas.

Art. 5º Fica instituído o Anexo XVI, que regulamentará as *Taxas de Urbanismo*, conforme segue:

ANEXO XVI – TAXAS DE URBANISMO

Código	Descrição	Valor em UFM
01.00.00	**Análise técnica inicial ou de substituição de projetos de construção ou instalação:**	
01.01.00	Até 70,00 m2;	Isento
01.02.00	De 70,01 m2 até 100,00 m2;	0,80
01.03.00	De 100,01 m2 até 200,00 m2;	1,20
01.04.00	De 200,01 m2 até 300,00 m2;	1,60
01.05.00	De 300,01 m2 até 400,00 m2;	2,00
01.06.00	De 400,01 m2 até 500,00 m2;	2,40
01.07.00	De 500,01 m2 até 1.000,00 m2;	2,80
01.08.00	De 1.000,01 m2 até 2.000,00 m2;	3,20
01.09.00	De 2.000,01 m2 até 3.000,00 m2;	4,00
01.10.00	De 3.000,01 m2 até 4.000,00 m2;	4,80
01.11.00	De 4.000,01 m2 até 5.000,00 m2;	5,60
01.12.00	Acima de 5.000,00 m2	5,60
01.13.00	Acréscimo por área excedente acima de 5.000,00 m2	0,015 p/ m2
02.00.00	**Análise técnica inicial ou de substituição de projetos de execução ou instalação de infraestrutura urbana**	7,00
03.00.00	**Análise técnica inicial ou de substituição de projetos de urbanização:**	
03.01.00	Loteamento e Condomínio de lotes:	
03.01.01	Até 50 lotes;	7,00

Rodovia Pr 407 – km 18 – CEP 83255-000 Fone/FAX (0**41) 3972-7000 EMail : prefeitura@pontaldoparana.pr.gov.br
Balneário de Praia de Leste – Pontal do Paraná - PR

Assinado por 4 pessoas: VERGINIA PEDROSO, RUDISNEY GIMENES FILHO, WILLIAM PEREIRA e HEITOR GONÇALVES KAYAMORI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pontaldoparana.1doc.com.br/verificacao/0A91-5CA0-184A-1210 e informe o código 0A91-5CA0-184A-1210

03.01.02	De 51 a 100 lotes;	10,00
03.01.03	Acima de 100 lotes;	13,00
03.01.04	Acréscimo por lote excedente acima de 100 unidades.	0,14 p/ lote
03.02.00	Pavimentação pelo Plano Comunitário	Isento
03.03.00	Desmembramento e/ou remembramento	2,00 p/ lote
03.04.00	Retificação de matrícula	2,00 p/ lote
04.00.00	**Vistoria técnica de urbanismo:**	
04.01.00	Vistoria de construção ou instalação:	
04.01.01	Até 60,00 m2;	1,00
04.01.02	De 60,01 m2 até 100,00 m2;	2,00
04.01.03	De 100,01 m2 até 150,00 m2;	2,75
04.01.04	De 150,01 m2 até 200,00 m2;	4,00
04.01.05	De 200,01 m2 até 500,00 m2;	5,50
04.01.06	Acima de 500,00 m2;	5,50
04.01.07	Acréscimo por área excedente acima de 500,00 m2.	0,015 p/ m2
04.02.00	Vistoria de infraestrutura e urbanização:	
04.02.01	Empreendimentos	10,00 p/ unidade
04.02.02	Loteamentos e Condomínio de lotes	0,50 p/ lote

Art. 6º Ficam alterados os códigos 11.07.12, 11.08.00 e 11.08.12, e acrescidos os códigos 11.07.13, 11.08.13, ao Anexo XI, que trata da Taxa de Vigilância Sanitária, conforme segue:

Código	Descrição	Valor em UFM
11.07.00	Aprovação de Projetos:	
11.07.01	Até 70,00 m2;	Isento
11.07.02	De 70,01 m2 até 100,00 m2;	0,80
11.07.03	De 100,01 m2 até 200,00 m2;	1,20
11.07.04	De 200,01 m2 até 300,00 m2;	1,60
11.07.05	De 300,01 m2 até 400,00 m2;	2,00
11.07.06	De 400,01 m2 até 500,00 m2;	2,40
11.07.07	De 500,01 m2 até 1.000,00 m2;	2,80

Assinado por 4 pessoas: VERGINIA PEDROSO, RUDISNEY GIMENES FILHO, WILLIAM PEREIRA e HEITOR GONÇALVES KAYAMORI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pontaldoparana.1doc.com.br/verificacao/0A91-5CA0-184A-1210 e informe o código 0A91-5CA0-184A-1210

11.07.08	De 1.000,01 m2 até 2.000,00 m2;	3,20
11.07.09	De 2.000,01 m2 até 3.000,00 m2;	4,00
11.07.10	De 3.000,01 m2 até 4.000,00 m2;	4,80
11.07.11	De 4.000,01 m2 até 5.000,00 m2;	5,60
11.07.12	Acima de 5.000,00 m2;	5,60
11.07.13	Acréscimo por área excedente acima de 5.000,00 m2	0,015 p/ m2
11.08.00	Certificado de Vistoria e Conclusão de Obra ou Termo Habite-se (*):	
11.08.01	Até 70,00 m2;	Isento
11.08.02	De 70,01 m2 até 100,00 m2;	3,20
11.08.03	De 100,01 m2 até 200,00 m2;	4,00
11.08.04	De 200,01 m2 até 300,00 m2;	4,80
11.08.05	De 300,01 m2 até 400,00 m2;	5,60
11.08.06	De 400,01 m2 até 500,00 m2;	6,40
11.08.07	De 500,01 m2 até 1.000,00 m2;	7,20
11.08.08	De 1.000,01 m2 até 2.000,00 m2;	8,00
11.08.09	De 2.000,01 m2 até 3.000,00 m2;	8,80
11.08.1	De 3.000,01 m2 até 4.000,00 m2;	9,60
11.08.11	De 4.000,01 m2 até 5.000,00 m2;	10,40
11.08.12	Acima de 5.000,00 m2;	10,40
11.08.13	Acréscimo por área excedente acima de 5.000,00 m2	0,015 p/ m2
11.09.00	Procedimentos Diversos:	
11.09.01	Expedição de visto para aquisição de especialidades farmacêuticas da relação "A" da Portaria nº 28, de 13.11.86 do Ministério da Saúde	0,80

(*) *Os valores previstos neste item incluem a Vistoria técnica obrigatória e a emissão do Certificado de Vistoria e Conclusão de Obra ou Termo Habite-se, excetuando-se apenas as vistorias complementares decorrentes de reagendamento.*

Art. 7º Fica alterado o código 11.13.06 do Anexo XIV, que trata da Taxa de Serviços Diversos, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Código	Descrição	Valor em UFM
11.13.00	Serviços técnicos:	

Rodovia Pr 407 – km 18 – CEP 83255-000 Fone/FAX (0**41) 3972-7000 EMail : prefeitura@pontaldoparana.pr.gov.br
Balneário de Praia de Leste – Pontal do Paraná - PR

Assinado por 4 pessoas: VERGINIA PEDROSO, RUDISNEY GIMENES FILHO, WILLIAM PEREIRA e HEITOR GONÇALVES KAYAMORI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pontaldoparana.1doc.com.br/verificacao/0A91-5CA0-184A-1210 e informe o código 0A91-5CA0-184A-1210

11.13.01	Alinhamento e nivelamento;	0,10 p/ m linear
11.13.02	Levantamento planimétrico;	0,02 p/ m linear
11.13.03	Levantamento planialtimétrico;	0,05 p/ m linear
11.13.04	Marcos por unidade;	0,25
11.13.05	Locação de ruas.	0,03 p/ m linear
11.13.06	Vistoria complementar (*):	1,00 p/ vistoria
11.13.07	Vistoria técnica:	
	Até 60,00 m2;	1,00
	De 60,01 m2 até 100,00 m2;	2,00
	De 100,01 m2 até 150,00 m2;	2,75
	De 150,01 m2 até 200,00 m2;	4,00
	De 200,01 m2 até 500,00 m2;	5,50
	Acima de 500,00 m2;	5,50
	Área excedente, acima de 500,00 m2, será acrescida de	0,03 p/ m2

(*) *Nos casos de reagendamento de vistoria em processos de qualquer natureza, será cobrada a taxa de Vistoria técnica complementar para cada nova vistoria realizada, independentemente da secretaria municipal responsável.*

Art. 8º Fica substituído integralmente o código 11.15.00 do Anexo XIV, que trata da Taxa de Serviços Diversos, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Código	Descrição	Valor em UFM
11.15.00	Emissão de licença provisória para execução de obras e instalações particulares	2,50

Art. 9º Fica instituído o Anexo XII, que regulamentará as Taxas de Imposição de Multas Urbanísticas, conforme segue:

ANEXO XVII – TAXAS DE IMPOSIÇÃO DE MULTAS URBANÍSTICAS

Código	Descrição	Valor em UFM
01.00.00	Gravidade da Infração:	
01.01.00	Leve	20,00
01.02.00	Média	30,00

Assinado por 4 pessoas: VERGINIA PEDROSO, RUDISNEY GIMENES FILHO, WILLIAM PEREIRA e HEITOR GONÇALVES KAYAMORI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pontaldoparana.1doc.com.br/verificacao/0A91-5CA0-184A-1210 e informe o código 0A91-5CA0-184A-1210

01.03.00	Grave	40,00
01.04.00	Gravissima	50,00
02.00.00	Construção ou instalação autuada	0,1 p/ m2

NOTA: a penalidade total corresponderá à soma do valor fixo pela gravidade da infração com o valor variável calculado sobre a área total de construção ou instalação irregular.

Art. 10 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pontal do Paraná, 28 de novembro de 2025.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito

HEITOR GONÇALVES KAYAMORI
Secretário Municipal de Planejamento Urbano e Infraestrutura

WILLIAM PEREIRA
Secretário Municipal de Finanças e Orçamento

VERGINIA MARA PEDROSO
Procuradora-Geral do Município

Rodovia Pr 407 – km 18 – CEP 83255-000 Fone/FAX (0**41) 3972-7000 EMail : prefeitura@pontaldoparana.pr.gov.br
Balneário de Praia de Leste – Pontal do Paraná - PR

Assinado por 4 pessoas: VERGINIA PEDROSO, RUDISNEY GIMENES FILHO, WILLIAM PEREIRA e HEITOR GONÇALVES KAYAMORI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pontaldoparana.1doc.com.br/verificacao/0A91-5CA0-184A-1210 e informe o código 0A91-5CA0-184A-1210

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 0A91-5CA0-184A-1210

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

VERGINIA PEDROSO (CPF 758.XXX.XXX-68) em 12/12/2025 15:25:39 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

RUDISNEY GIMENES FILHO (CPF 055.XXX.XXX-69) em 12/12/2025 15:28:49 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

WILLIAM PEREIRA (CPF 008.XXX.XXX-17) em 12/12/2025 15:46:00 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

HEITOR GONÇALVES KAYAMORI (CPF 038.XXX.XXX-46) em 12/12/2025 15:54:04 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://pontaldoparana.1doc.com.br/verificacao/0A91-5CA0-184A-1210

Ofício nº 133/2025 – GAB/PGM Pontal do Paraná, 11 de dezembro de 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Processo nº: 1360/2025 Hora:16:06
Data de Protocolo: 12/12/2025
Interessado: Poder Executivo
Assunto: Mensagem nº 133/2025 - GAB/PGM

Excelentíssima Senhora
ELINETE GUIMARÃES ROCHA
Presidente da Câmara Municipal de Pontal do Paraná

Assunto: Encaminha Mensagem nº 133/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Conforme preceitua o **Artigo 67 inciso XIII da Lei Orgânica do Município**, vimos através deste, respeitosamente, solicitar que seja apreciada, de forma extraordinária, a **Mensagem n° 133/2025** acompanhada do Projeto de Lei Complementar que **"Altera a Lei Complementar nº 038/2024".**

Aproveitamos a oportunidade para externar nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito

RODOVIA PR 407 – CEP 83255-000 Fone/FAX (041) 3455-9600 EMail : prefeitura@pontaldoparana.pr.gov.br
Balneário de Praia de Leste – Pontal do Paraná - PR

Assinado por 3 pessoas: VERGINIA PEDROSO, HEITOR GONÇALVES KAYAMORI e RUDISNEY GIMENES FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pontaldoparana.1doc.com.br/verificacao/FE42-8E9B-5031-136D e informe o código FE42-8E9B-5031-136D

MENSAGEM N° 133/2025

Excelentíssima Senhora Presidente,
Senhores Vereadores:

Segue à apreciação dessa Colenda Câmara Municipal projeto de lei que **"Altera a Lei Complementar nº 038/2024"**

A proposição visa a adequação do Código de Obras, regulamentando algumas omissões e conceitos ausentes na Lei em vigência.

Diante do exposto e certos da importância do projeto de lei, solicitamos que seja apreciado e aprovado por essa Casa Legislativa, em sessão extraordinária e, na oportunidade, reiteramos nossos protestos de admiração e apreço aos dignos componentes dessa Câmara Municipal.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito

Assinado por 3 pessoas: VERGINIA PEDROSO, HEITOR GONÇALVES KAYAMORI e RUDISNEY GIMENES FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pontaldoparana.1doc.com.br/verificacao/FE42-8E9B-5031-136D e informe o código FE42-8E9B-5031-136D

PROJETO DE LEI

Súmula: "Altera a Lei Complementar nº 038/2024"

Art. 1°. Fica inserido o parágrafo único ao art.28 da LC nº038/2024, com a seguinte redação:

"Art. 28. (...)

Parágrafo Único. O Departamento de Urbanismo não se responsabilizará por informações ou aprovação relativas a outros órgãos competentes, tais como Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária, Instituto Água e Terra – IAT, ou equivalentes, cabendo a este órgão exclusivamente a análise urbanística."

Art.2º Fica incluído o Capítulo IX, ao Título III, da LC nº038/2024, com a seguinte redação:

"CAPÍTULO IX – DOS CONDOMÍNIOS VERTICAIS

Art. 82-A Torna-se obrigatória a execução de vedação vertical em alvenaria ou concreto, com altura mínima de 1,80 m, medida a partir do piso do respectivo pavimento, sempre que houver áreas abertas — tais como varandas, terraços ou lajes de embasamento — que incidam sobre a área de afastamento junto as divisas com lote vizinho, sem prejuizo das demais regulamentações cabiveis.

Art. 82-B O embasamento das edificações observará as seguintes regras:

I – será destinado exclusivamente aos seguintes usos:

a) estacionamento;

b) áreas técnicas;

c) áreas de apoio;

d) usos comerciais e de serviços ou institucionais.

II – nas edificações com uso exclusivamente residencial,

RODOVIA PR 407 – CEP 83255-000 Fone/FAX (041) 3455-9600 EMail : prefeitura@pontaldoparana.pr.gov.br
Balneário de Praia de Leste – Pontal do Paraná - PR

Assinado por 3 pessoas: VERGINIA PEDROSO, HEITOR GONÇALVES KAYAMORI e RUDISNEY GIMENES FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pontaldoparana.1doc.com.br/verificacao/FE42-8E9B-5031-136D e informe o código FE42-8E9B-5031-136D

o embasamento será limitado ao uso para estacionamento e áreas técnicas e de apoio comuns.

Art. 82-C – Os condomínios verticais deverão dispor de áreas de apoio com, no mínimo:

I – Hall de entrada, com área proporcional ao número de unidades, recomendando-se 4,00 m² para cada 50 unidades, ou área mínima fixa de 6,00 m²;

II – Depósito de material de limpeza – DML, com área mínima de 2,00 m²;

III – Sanitário PNE unissex, conforme ABNT NBR 9050.

Art.3º. Ficam incluídos os artigos abaixo à LC nº038/2024, com a seguinte redação:

"Art. 93-A – Fica permitida a implantação de vagas de estacionamento sem cobertura no recuo frontal, limitado a quantidade máxima de 30% do total de vagas obrigatórias, desde que:

I – não comprometa circulação e segurança;

II – mantenha a permeabilidade mínima;

III – respeite a distância mínima de 1,50 m do alinhamento predial.

Art.93-B A utilização de lotes alternativos para atendimento das vagas obrigatórias de estacionamento fica permitida, desde que:

I – estejam localizados na mesma quadra ou em raio máximo de 200,00 metros do imóvel principal;

II – mantenham-se sob mesma propriedade em registro imobiliário;

III – haja averbação na matrícula vinculando o lote ao empreendimento principal;

Assinado por 3 pessoas: VERGINIA PEDROSO, HEITOR GONÇALVES KAYAMORI e RUDISNEY GIMENES FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pontaldoparana.1doc.com.br/verificacao/FE42-8E9B-5031-136D e informe o código FE42-8E9B-5031-136D

IV – seja apresentado projeto de circulação e segurança.

§1º A princípio, esta permissão aplica-se apenas a:

a) habitações transitórias;

b) edificações institucionais ou comunitárias.

§2º O cumprimento desta regulamentação poderá ser verificado por meio do Alvará de Funcionamento.

Art. 93-C Lotes utilizados exclusivamente como estacionamento deverão atender a taxa de permeabilidade mínima obrigatória.

Art.4º. O art. 141 da LC 038/2024, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 141. Os edifícios poderão ter balanço acima do pavimento térreo, dentro da faixa de recuo frontal e afastamentos, o qual poderá estender-se até o máximo de 1,20 m (um metro e vinte centímetros), desde que destinado a sacadas e marquises, não ocupando área superior a 15% (quinze por cento) da área do pavimento.

§ 1º O balanço previsto no caput poderá ser implantado na faixa de recuo frontal, desde que não avance dentro da faixa mínima de 3,00 m (três metros).

§ 2º O balanço previsto no caput poderá ser implantado nas áreas de afastamento das divisas, desde que não avance dentro da faixa mínima de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros).

§ 3º É igualmente proibido qualquer tipo de fechamento, permanente ou provisório, por quaisquer materiais, bem como sua implantação sobre corredores de circulação obrigatórios."

Art. 5°. Acrescentam-se os artigos abaixo à LC nº038/2024, com a seguinte redação:

"Art. 239-A Para habitações multifamiliares instituídas em condomínio com acesso comum às edificações, em lotes com área

RODOVIA PR 407 – CEP 83255-000 Fone/FAX (041) 3455-9600 EMail : prefeitura@pontaldoparana.pr.gov.br
Balneário de Praia de Leste – Pontal do Paraná - PR

Assinado por 3 pessoas: VERGINIA PEDROSO, HEITOR GONÇALVES KAYAMORI e RUDISNEY GIMENES FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pontaldoparana.1doc.com.br/verificacao/FE42-8E9B-5031-136D e informe o código FE42-8E9B-5031-136D

máxima de 480,00 m² (quatrocentos e oitenta metros quadrados), poderá ser adotada a seguinte proporção mínima:

I – 60% (sessenta por cento) de área privativa;

II – 40% (quarenta por cento) de fração ideal comum.

§ 1º A aplicação deste artigo não dispensa, não substitui e não reduz o cumprimento dos demais parâmetros urbanísticos das legislações vigentes.

§ 2º As edificações que não se enquadrarem nas condições previstas no caput — seja por área de lote superior a 480,00 m² ou por não estarem constituídas em condomínio com acesso comum — deverão atender integralmente às demais regulamentações estabelecidas na Lei Complementar nº 37/2024 e seus respectivos anexos e atualizações.

Art. 239-B. Nos empreendimentos habitacionais destinados ao atendimento do Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS, poderão ser aplicados parâmetros reduzidos de implantação, conforme segue:

I – área de lazer obrigatória correspondente a, no mínimo, 30% (trinta por cento) da área exigida pela legislação vigente, *desde* ***que o empreendimento esteja localizado a, no máximo, um raio de 200,00 m (duzentos metros) de distância de equipamentos públicos de lazer ou convivência comunitária, tais como praças, parques, quadras esportivas, áreas verdes públicas ou centros comunitários;***

II – atendimento mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) das vagas de estacionamento obrigatórias, desde que o empreendimento disponha de bicicletário equivalente a, no mínimo, 20% (vinte por cento) do número total de vagas exigidas pela legislação vigente.

Parágrafo único. As reduções previstas neste artigo justificam-se

Assinado por 3 pessoas: VERGINIA PEDROSO, HEITOR GONÇALVES KAYAMORI e RUDISNEY GIMENES FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pontaldoparana.1doc.com.br/verificacao/FE42-8E9B-5031-136D e informe o código FE42-8E9B-5031-136D

pelas características próprias dos empreendimentos de interesse social, que demandam flexibilização dos parâmetros urbanísticos e priorização de soluções de mobilidade ativa e coletivas, assegurando viabilidade econômica e compatibilidade com a função social da moradia.

Art.6º Acrescentam-se os artigos abaixo à LC nº038/2024, com a seguinte redação:

"Art. 241-A Nos lotes inseridos em SEC, fica autorizada taxa de ocupação de até 90% para edificações comerciais e de serviços com fachada ativa, condicionada à apresentação de solução técnica de drenagem pluvial com sistema compensatório, tais como:

I – tanque de retenção de cheias;

II – reservatório de reuso;

III – outras soluções técnicas que evitem lançamento direto à via pública ou a lotes vizinhos.

Art. 241-B Consideram-se incluídas no Setor Especial de Comércio todas as áreas abrangidas por calçadões municipais, além das já regulamentadas, em virtude de apresentarem predominância de atividades comerciais e de serviços, compatíveis com os objetivos do referido setor.

Art. 241-C Fica dispensada a exigência de vagas de estacionamento obrigatórias para edificações comerciais e de serviços, localizadas em SEC, desde que atendam cumulativamente:

I – instalação em calçadão municipal ou em embasamento de condomínios verticais residenciais;

II – uso de fachada ativa;

III – área total construída de até 360,00 metros quadrados.

Parágrafo único. A dispensa prevista no caput se justifica pela impossibilidade de implantação de estacionamentos em calçadões, que não possuem circulação de veículos, bem como pelo fato de

RODOVIA PR 407 – CEP 83255-000 Fone/FAX (041) 3455-9600 EMail : prefeitura@pontaldoparana.pr.gov.br
Balneário de Praia de Leste – Pontal do Paraná - PR

Assinado por 3 pessoas: VERGINIA PEDROSO, HEITOR GONÇALVES KAYAMORI e RUDISNEY GIMENES FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pontaldoparana.1doc.com.br/verificacao/FE42-8E9B-5031-136D e informe o código FE42-8E9B-5031-136D

que os embasamentos de condomínios verticais residenciais, por se tratarem de áreas internas de condomínios fechados, não comportam acesso independente para vagas destinadas ao uso comercial.

Art. 241-D – Considera-se Fachada Ativa a área térrea com uso comercial e de serviços, voltada ao logradouro público, caracterizada por interação direta com o passeio por meio de portas, vitrines, aberturas ou marquises.

§1º O recuo zero poderá ser admitido para fachadas ativas somente até o 2º pavimento ou até o limite do embasamento dos condomínios verticais;

§2º Os demais pavimentos deverão cumprir integralmente os recuos e afastamentos obrigatórios."

Art.7º. Acrescenta-se o §5º ao art. 367 da LC nº 038/2024, com a seguinte redação

"Art. 367 (...)

§5º A regularização prevista neste artigo observará, quando aplicável, as taxas e acréscimos estabelecidos no Código Tributário Municipal e seus anexos, sem prejuízo do disposto na Lei Municipal nº 2.224/2021 e suas atualizações."

Art. 8°. O art. 370 da LC nº038/2024, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 370. O infrator poderá apresentar defesa ~~escrita~~ através de sistema eletrônico oficial do Município, mediante abertura de processo específico de alvará de construção destinado à regularização e instrução do auto de infração, dirigida à autoridade municipal competente no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento do auto de infração.

§ 1º Mediante solicitação do infrator, apresentada dentro do prazo

Assinado por 3 pessoas: VERGINIA PEDROSO, HEITOR GONÇALVES KAYAMORI e RUDISNEY GIMENES FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pontaldoparana.1doc.com.br/verificacao/FE42-8E9B-5031-136D e informe o código FE42-8E9B-5031-136D

original, através de sistema eletrônico oficial do Município, poderá ser concedida uma única prorrogação por igual período de até 30 (trinta) dias corridos, para apresentação de defesa.

§ 2º Findos os prazos previstos no caput e no §1º, sem apresentação de defesa, o auto de infração será encaminhado para decisão, imposição da multa e subsequente cobrança, observados os procedimentos administrativos competentes."

Art. 9°. O art. 374 da LC nº 038/2024, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.374. As multas impostas por infrações ao disposto neste Código terão o valor fixado entre 5 e 50 Unidades Fiscais do Município – UFM, observadas a metragem irregular da obra e a gravidade da infração, conforme critérios estabelecidos neste artigo e no Anexo XVII do Código Tributário Municipal, e suas atualizações.

§ 1º O escalonamento da multa considerará a combinação entre a metragem irregular da obra e a classificação da gravidade da infração, aplicando-se exclusivamente a faixa correspondente, nos termos do Anexo XVII.

§ 2º No caso de reincidência a multa será fixada em dobro.

§ 3º A gravidade da infração será classificada em leve, média, grave e gravíssima, conforme as seguintes definições:

I – Leve: infrações de baixo potencial ofensivo à ordem urbanística, que não impliquem risco à segurança, não comprometam o interesse coletivo e cuja edificação apresente desconformidades mínimas e plenamente sanáveis, mantendo atendimento geral aos parâmetros urbanísticos vigentes, tais como pequenas ampliações sem licença porém compatíveis com recuos, taxa de ocupação e

RODOVIA PR 407 – CEP 83255-000 Fone/FAX (041) 3455-9600 EMail : prefeitura@pontaldoparana.pr.gov.br
Balneário de Praia de Leste – Pontal do Paraná - PR

Assinado por 3 pessoas: VERGINIA PEDROSO, HEITOR GONÇALVES KAYAMORI e RUDISNEY GIMENES FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pontaldoparana.1doc.com.br/verificacao/FE42-8E9B-5031-136D e informe o código FE42-8E9B-5031-136D

altura; fechamento parcial de varanda; ou instalações leves facilmente removíveis;

II – Média: infrações que causem interferência moderada na ordem urbanística, sem gerar risco à segurança ou comprometimento significativo do interesse coletivo, caracterizadas por desconformidades parciais em relação aos parâmetros urbanísticos, suscetíveis de adequação e correção, a exemplo de avanços moderados em recuos obrigatórios; ampliações sem licença parcialmente em desacordo com parâmetros; ou alteração de uso de baixo impacto;

III – Grave: infrações que resultem em impacto urbanístico relevante ou prejuízo ao interesse público, caracterizadas por desconformidades parciais ou totais em relação aos parâmetros urbanísticos, sem possibilidade de adequação ou atuação corretiva suficiente, como a construção de pavimento adicional não permitido; avanços significativos em áreas não edificáveis; ou edificações que ultrapassem substancialmente índices urbanísticos de maneira irreversível;

IV – Gravíssima: infrações que impliquem risco concreto à segurança, impacto urbanístico relevante, prejuízo ao interesse público, descumprimento de embargo, ocupação irregular ou demais condutas de alta gravidade urbanística, incluindo construções em áreas de risco ou proteção; continuidade de obra embargada; ocupação de imóvel público; ou execução de estruturas que ofereçam ameaça direta à integridade física de pessoas.

§ 4º As multas previstas neste artigo terão seus valores fixados conforme os limites e categorias estabelecidos no caput e no

Assinado por 3 pessoas: VERGINIA PEDROSO, HEITOR GONÇALVES KAYAMORI e RUDISNEY GIMENES FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pontaldoparana.1doc.com.br/verificacao/FE42-8E9B-5031-136D e informe o código FE42-8E9B-5031-136D

Anexo XVII do Código Tributário Municipal, devendo a autoridade competente fundamentar a classificação da gravidade e a metragem irregular consideradas para enquadramento da infração.

§ 5º Os valores constantes no Anexo XVII não são cumulativos, aplicando-se apenas a faixa correspondente à metragem total irregular da edificação, conforme disposto na respectiva nota."

Art. 10. O art. 377 da LC nº 038/2024, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 377. As multas pelo descumprimento dos dispositivos desta Lei, serão fixadas considerando-se a maior ou menor gravidade e natureza da infração, nos termos das classificações previstas no art. 374, observada a metragem irregular da edificação e, quando houver, a reincidência, sendo seu valor estabelecido de acordo com a Unidade Fiscal do Município, conforme os limites e faixas definidos no referido artigo e no Anexo XVII do Código Tributário Municipal."

Art. 11. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, em 11 de dezembro de 2025.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito

HEITOR GONÇALVES KAYAMORI
Secretário de Planejamento Urbano e Infraestrutura

VERGINIA MARA PEDROSO
Procuradora-Geral

RODOVIA PR 407 – CEP 83255-000 Fone/FAX (041) 3455-9600 EMail : prefeitura@pontaldoparana.pr.gov.br
Balneário de Praia de Leste – Pontal do Paraná - PR

Assinado por 3 pessoas: VERGINIA PEDROSO, HEITOR GONÇALVES KAYAMORI e RUDISNEY GIMENES FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pontaldoparana.1doc.com.br/verificacao/FE42-8E9B-5031-136D e informe o código FE42-8E9B-5031-136D

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: FE42-8E9B-5031-136D

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- VERGINIA PEDROSO (CPF 758.XXX.XXX-68) em 12/12/2025 12:23:48 GMT-03:00
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- HEITOR GONÇALVES KAYAMORI (CPF 038.XXX.XXX-46) em 12/12/2025 12:24:18 GMT-03:00
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- RUDISNEY GIMENES FILHO (CPF 055.XXX.XXX-69) em 12/12/2025 12:24:30 GMT-03:00
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://pontaldoparana.1doc.com.br/verificacao/FE42-8E9B-5031-136D

Ofício nº 137/2025 – GAB/PGM Pontal do Paraná, 12 de dezembro de 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Processo nº: 1361/2025 Hora: 16:08
Data de Protocolo: 12/12/2025
Interessado: Poder Executivo
Assunto: Mensagem nº 137/2025 - GAB/PGM

Excelentíssima Senhora
ELINETE GUIMARÃES ROCHA
Presidente da Câmara Municipal de Pontal do Paraná

Assunto: Encaminha Mensagem nº 137/2025

Excelentíssima Senhora Presidente:

Conforme preceitua o **Artigo 67 inciso XIII da Lei Orgânica do Município**, vimos através deste, respeitosamente, solicitar que seja apreciada, de forma extraordinária, a **Mensagem n° 137/2025** acompanhada do Projeto de Lei que "**Institui no Município de Pontal do Paraná, o "PROGRAMA MUNICIPAL DE EMPREENDEDORISMO INDIVIDUAL - PROMEI"**

Aproveitamos a oportunidade para externar nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito

Assinado por 3 pessoas: VERGINIA PEDROSO, LUCIANA GOLDSCHMIDT COSTA e RUDISNEY GIMENES FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pontaldoparana.1doc.com.br/verificacao/767C-6E1C-EC8E-BAD4 e informe o código 767C-6E1C-EC8E-BAD4

MENSAGEM N° 137/2025

Excelentíssima Senhora Presidente,
Senhores Vereadores:

Segue à apreciação dessa colenda Câmara Municipal, projeto de lei que "**Institui no Município de Pontal do Paraná, o "PROGRAMA MUNICIPAL DE EMPREENDEDORISMO INDIVIDUAL - PROMEI"**

A presente proposição objetiva a instituição do PROMEI, visando tornar programa o que atualmente já ocorre no âmbito do Poder Executivo – contratação de MEI´s para formalização, geração de renda e que os recursos circulem em Pontal do Paraná.

É sabido por esta Casa de Leis, o sucesso do programa de contratação de Mei´s para diversos serviços dentro do Poder Executivo, inclusive tal modelo sendo copiado por outros entes federativos e a proposta colocada para deliberação dos(as) vereadores(as) é que tal não seja extinto com a mudança de gestão, mas que continue e se aperfeiçoe ainda mais ao longo dos próximos anos.

Diante do exposto e certos da importância do presente Projeto de Lei, é que solicitamos que seja apreciado e aprovado por essa Casa Legislativa, e na oportunidade, reiteramos nosso protesto de admiração e apreço aos dignos componentes dessa Câmara Municipal.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito

Assinado por 3 pessoas: VERGINIA PEDROSO, LUCIANA GOLDSCHMIDT COSTA e RUDISNEY GIMENES FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pontaldoparana.1doc.com.br/verificacao/767C-6E1C-EC8E-BAD4 e informe o código 767C-6E1C-EC8E-BAD4

PROJETO DE LEI

Súmula – Institui no Município de Pontal do Paraná, o "PROGRAMA MUNICIPAL DE EMPREENDEDORISMO INDIVIDUAL - PROMEI"

Art. 1.º Fica instituído no Município de Pontal do Paraná o Programa Municipal de Empreendedorismo Individual - PROMEI, com o objetivo de melhorar a eficiência nas contratações públicas e incentivar o desenvolvimento econômico e sustentável local, através da geração de emprego e renda.

Art.2º . O programa instituído por esta Lei tem como princípios, além dos que regem a administração pública:
I- o fortalecimento da relação entre o Poder Executivo Municipal e a população;
II – o foco na função social das compras públicas como fator de promoção do desenvolvimento social de sua população;
III – a simplificação dos processos de contratação de serviços e incentivo da população à formalização de seu trabalho com inclusão social e previdenciária;
IV – maior eficiência e agilidade nas contratações;
V – concessão de oportunidades para pequenos fornecedores, reduzindo desigualdades regionais.

Art. 3º O Poder Executivo fica autorizado a proceder o credenciamento de Microempreendedores Individuais - MEIs, para a realização de pequenos serviços de manutenção e reparos em bens públicos municipais e logradouros, incluindo prédios, praças, parques, passeios públicos e demais espaços de propriedade do Município, além de produção de itens de consumo como uniformes escolares e alimentos para a merenda escolar e eventos patrocinados com recursos públicos.

Art.4º O credenciamento será destinado a profissionais que atuem nas seguintes áreas, dentre outras que a administração pública entenda necessárias:
I. Bombeiro Hidráulico – Encanador;
II – Chaveiro;
III – Costureiro;
IV – Eletricista;
V – Jardineiro;
VI – Pedreiro e Azulejista;
VII – Pintor de Parede;
VIII – Reparador de Artigos de Tapeçaria;
IX – Roçador;
X – Técnico de Manutenção de Eletrodomésticos;
XI – Técnico em Manutenção de Ar-condicionado;
XII – Padeiros, Confeiteiro, Cozinheiro;

Art. 5.º Os valores, os prazos e as condições para a prestação dos serviços de que trata esta Lei serão regulamentados em decreto ou outro ato normativo próprio.

RODOVIA PR 407 – CEP 83255-000 Fone/FAX (041) 3455-9600 EMail : prefeitura@pontaldoparana.pr.gov.br
Balneário de Praia de Leste – Pontal do Paraná - PR

Assinado por 3 pessoas: VERGINIA PEDROSO, LUCIANA GOLDSCHMIDT COSTA e RUDISNEY GIMENES FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pontaldoparana.1doc.com.br/verificacao/767C-6E1C-EC8E-BAD4 e informe o código 767C-6E1C-EC8E-BAD4

Art. 6.º Para os fins da presente Lei, fica o Poder Executivo autorizado a aderir a programas estaduais ou federais existentes ou que vierem a ser criados com objetivos de fortalecimento da economia local.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, em 12 de dezembro de 2025.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito

VERGINIA MARA PEDROSO
Procuradora-Geral do Município

LUCIANA GOLDSCHMIDT COSTA
Secretária Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico

Assinado por 3 pessoas: VERGINIA PEDROSO, LUCIANA GOLDSCHMIDT COSTA e RUDISNEY GIMENES FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pontaldoparana.1doc.com.br/verificacao/767C-6E1C-EC8E-BAD4 e informe o código 767C-6E1C-EC8E-BAD4

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 767C-6E1C-EC8E-BAD4

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- VERGINIA PEDROSO (CPF 758.XXX.XXX-68) em 12/12/2025 13:59:16 GMT-03:00
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- LUCIANA GOLDSCHMIDT COSTA (CPF 029.XXX.XXX-32) em 12/12/2025 14:00:23 GMT-03:00
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- RUDISNEY GIMENES FILHO (CPF 055.XXX.XXX-69) em 12/12/2025 14:04:14 GMT-03:00
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://pontaldoparana.1doc.com.br/verificacao/767C-6E1C-EC8E-BAD4

Ofício nº 138/2025 – GAB/PGM Pontal do Paraná, 12 de dezembro de 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Processo nº: 1362/2025 Hora:16:09
Data de Protocolo: 12/12/2025
Interessado: Poder Executivo
Assunto: Mensagem nº 138/2025 - GAB/PGM

Excelentíssima Senhora
ELINETE GUIMARÃES ROCHA
Presidente da Câmara Municipal de Pontal do Paraná

Assunto: Encaminha Mensagem nº 138/2025

Excelentíssima Senhora Presidente:

Conforme preceitua o **Artigo 67 inciso XIII da Lei Orgânica do Município**, vimos através deste, respeitosamente, solicitar que seja apreciada, de forma extraordinária, a **Mensagem n° 138/2025** acompanhada do Projeto de Lei que **"Altera a Lei Complementar nº37/2024".**

Aproveitamos a oportunidade para externar nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito

Assinado por 3 pessoas: VERGINIA PEDROSO, RUDISNEY GIMENES FILHO e HEITOR GONÇALVES KAYAMORI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pontaldoparana.1doc.com.br/verificacao/C478-B69E-884C-6C22 e informe o código C478-B69E-884C-6C22

MENSAGEM N° 138/2025

Excelentíssima Senhora Presidente,
Senhores Vereadores:

Segue à apreciação dessa colenda Câmara Municipal, projeto de lei que "**Altera a Lei Complementar nº37/2024**"

A presente proposição objetiva a adequação da legislação conforme realidade do nosso Município.

Diante do exposto e certos da importância do presente Projeto de Lei, é que solicitamos que seja apreciado e aprovado por essa Casa Legislativa, e na oportunidade, reiteramos nosso protesto de admiração e apreço aos dignos componentes dessa Câmara Municipal.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito

RODOVIA PR 407 – CEP 83255-000 Fone/FAX (041) 3455-9600 EMail : prefeitura@pontaldoparana.pr.gov.br
Balneário de Praia de Leste – Pontal do Paraná - PR

Assinado por 3 pessoas: VERGINIA PEDROSO, RUDISNEY GIMENES FILHO e HEITOR GONÇALVES KAYAMORI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pontaldoparana.1doc.com.br/verificacao/C478-B69E-884C-6C22 e informe o código C478-B69E-884C-6C22

PROJETO DE LEI

Súmula – "Altera a Lei Complementar nº37/2024"

Art. 1.º Ficam acrescidos artigos à LC nº037/2024, com a seguinte redação:

"Art. 17-A Fica alterado o Anexo V, com a inclusão do uso comunitário em todos os zoneamentos urbanos, utilizando os mesmos parâmetros de ocupação determinados na Zona Linha Costeira – ZLC.

Art. 49-G Para edificações de Habitação Transitória implantadas em lotes com frente voltada para rodovias ou suas marginais, aplicam-se os mesmos parâmetros de ocupação previstos para a Zona de Linha Costeira – ZLC."

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, em 12 de dezembro de 2025.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito

VERGINIA MARA PEDROSO
Procuradora-Geral do Município

HEITOR GONÇALVES KAYAMORI
Secretário Municipal de Planejamento Urbano e Infraestrutura

RODOVIA PR 407 – CEP 83255-000 Fone/FAX (041) 3455-9600 EMail : prefeitura@pontaldoparana.pr.gov.br
Balneário de Praia de Leste – Pontal do Paraná - PR

Assinado por 3 pessoas: VERGINIA PEDROSO, RUDISNEY GIMENES FILHO e HEITOR GONÇALVES KAYAMORI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pontaldoparana.1doc.com.br/verificacao/C478-B69E-884C-6C22 e informe o código C478-B69E-884C-6C22

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: C478-B69E-884C-6C22

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- VERGINIA PEDROSO (CPF 758.XXX.XXX-68) em 12/12/2025 15:37:10 GMT-03:00
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- RUDISNEY GIMENES FILHO (CPF 055.XXX.XXX-69) em 12/12/2025 15:38:20 GMT-03:00
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- HEITOR GONÇALVES KAYAMORI (CPF 038.XXX.XXX-46) em 12/12/2025 15:40:20 GMT-03:00
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://pontaldoparana.1doc.com.br/verificacao/C478-B69E-884C-6C22